



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ANTONIO DONATO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 18 DE NOVEMBRO DE 2020

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Suspensão
- Falha na transmissão

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Bom dia a todos e todas.

Com a presença dos Vereadores Antonio Donato, Ricardo Teixeira, Rodrigo Goulart, Soninha Francine, declaro abertos os trabalhos da 19ª audiência pública virtual da Comissão, de 2020.

Informo que esta reunião está sendo transmitida no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no *link* Auditórios On Line/auditório virtual.

Esta audiência está sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 4.11.2020 até hoje, e foi publicada nos jornais *O Estado de S.Paulo* nos dias 9 e 13/11, e *Folha de S. Paulo* nos dias 10 e 16/11.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço eletrônico de inscrições.

Informo também que as demandas referentes ao Orçamento de 2021 podem ser apresentadas em formulário disponível no *site*, enviando *e-mail* para financas@saopaulo.sp.leg.br, entregando pessoalmente no Protocolo legislativo desta Casa, que fica no 1º andar, sala 142, ou ainda na secretaria da Comissão, 2º andar, sala 213-A ou na sala 210, ambas no seguinte endereço: Viaduto Jacareí, 100, Bela Vista.

Foram convidados para esta audiência Philippe Vedolim Duchateau, Secretário Municipal da Fazenda, que comparece acompanhado do Subsecretário do Orçamento, Sr. Affonso de Oliveira Calvo; Sr. João Antônio da Silva Filho, Presidente do TCM, que não pôde comparecer e será representado pelo Sr. Marcos Túlio Tavares, Agente de Fiscalização da Subsecretaria de Fiscalização e Controle; os vereadores da Câmara Municipal e a sociedade em geral.

Informo também que as inscrições ainda estão abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo. Quem estiver presente na sala virtual pelo aplicativo Teams, mas não se inscreveu pelo *site* e quiser fazer uso da palavra, pode se manifestar ou levantar a mão, que acrescentaremos na lista de inscritos na ordem cronológica. Já temos muitos inscritos, então vamos ter de fazer rapidamente essa inscrição e, logo em seguida, vou encerrar a

oportunidade de inscrição.

Passemos aos itens da pauta: PL 643/2020, de autoria do Executivo, do Prefeito Bruno Covas, que estima as receitas e fixa as despesas do Município de São Paulo para o exercício de 2021, Lei Orçamentária de 2021.

Agradeço a presença e passo ao Secretário Philippe Duchateau para sua exposição inicial.

O SR. MÁRIO SÉRGIO HORTA – Donato.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Oi, Mário.

O SR. MÁRIO SÉRGIO HORTA – Só para informar que o Vereador Suplicy também está presente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Então registro a presença do Vereador Suplicy e parabenizá-lo pela expressiva e extraordinária votação.

Então, com a palavra o Secretário Philippe Duchateau.

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Bom dia a todos. Cumprimentar, na figura do Presidente Donato, todos os vereadores presentes. Cumprimentar todos os cidadãos e cidadãs que nos acompanham, seja *on-line* seja pelos canais da Câmara Municipal.

Eu preparei uma apresentação para ilustrar minha fala inicial, depois me coloco à disposição de todos. Vou colocar minha apresentação na tela. (Pausa)

Na linha do que foi o ano passado, eu imagino, Presidente, que a Câmara terá oportunidade de fazer outras audiências temáticas ou regionais, então a apresentação trata dos números principais das receitas e dos números agregados da despesa, sem entrar em detalhes na distribuição dos recursos em cada secretaria, em cada órgão ou em cada programação.

O material que apresento hoje está dividido em três seções. Um pouco o acompanhamento das principais receitas do Município, como elas têm evoluído nos últimos anos, especialmente agora com o impacto da pandemia. A segunda seção são os principais desafios das despesas, algumas despesas importantes, como elas vêm crescendo e ocupando

espaço do Orçamento municipal. Por último, uma seção específica sobre a proposta orçamentária para 2021, primeiro passando pelo cenário econômico que fundamentou as previsões de receitas e de algumas despesas também. E depois a apresentação específica das receitas e suas aberturas nos seus grandes grupos, e as despesas, da mesma forma.

Primeira seção, desempenho das principais receitas. Começo pelo nosso principal imposto, que é o ISS. Trago aqui a visão de 2020, a projeção de 16,5 bilhões, mas trago também a perspectiva dos últimos cinco anos.

Dois mil e quinze e 2016 foram os anos em que a cidade de São Paulo, o País todo, viveu uma das suas piores crises econômicas. Nesses dois anos, a queda do PIB acumulou 7 pontos percentuais, e nós vemos então essa trajetória declinante nesses dois anos para a sua sucessiva recuperação. Os valores aqui estão todos atualizados a preços de 2020, atualizados pelo IPCA médio.

Então, desde 2016, vemos uma recuperação paulatina da capacidade de arrecadação: 14,3 bilhões em valores de hoje; 15,3 em 2018; 2019 foi excepcionalmente bom, seja por conta do desempenho da atividade econômica melhor do que dos anos anteriores, seja também por conta de ações de fiscalização - por exemplo, as ações coordenadas da CPI da Sonegação.

Em 2020 a gente já vê o seu reflexo nas receitas do ICMS deste ano. Deixamos de crescer como vínhamos crescendo e, mais ainda, uma queda real de aproximadamente 200 milhões de reais. Uma queda que se projetou muito maior em meados do ano, lá para maio e junho, mas a retomada da atividade econômica surpreendeu a todos, no mercado como um todo. A expectativa, hoje, de queda do PIB, segundo o último *Boletim Focus*, é de 4,6%. Chegou a ter expectativa de queda de 6,5. Algumas instituições inclusive projetavam queda do PIB, neste ano, de 9%.

Então, *vis-à-vis* o cenário projetado no começo do ano, é uma queda relativamente baixa, mas não deixa de ser preocupante o impacto que ela tem neste ano e os seus efeitos para 2021 também. Vamos falar disso mais à frente.

O IPTU já tem uma dinâmica um pouco diferente. Ele vem crescendo por conta do efeito parcelado que foi a revisão da Planta Genérica de Valores de 2013. Os imóveis que tiveram atualização maior do que as travas, os percentuais de travas impostos pela legislação, tiveram, então, esse efeito, esse benefício de ter a correção do valor do IPTU diferido ao longo do tempo. Então, por esse efeito, vem crescendo ano após ano a arrecadação do IPTU, por conta da cobrança do valor que foi parcelado em 2013.

Evidentemente, também tem outros dois componentes, o componente da expansão da zona urbana nas franjas da Cidade e o combate à sonegação, o combate à fraude, principalmente por meio das cobranças de IPTU de áreas construídas, que muitas vezes no cadastro tinha só um terreno, ou então da ampliação de área quando ocorreu e não houve, por parte do contribuinte, atualização cadastral.

Em 2020, a crise também se fez sentir principalmente pelo aumento da inadimplência. A inadimplência cresceu 50% em meados do ano, agora ela está reduzindo, está por volta de 25%, 30% no acumulado do ano. Mas esse efeito da inadimplência do IPTU limitou a capacidade de crescimento prevista no Orçamento municipal, ou prevista também em função das cobranças retroativas.

O ITBI também vinha numa recuperação, 2019 foi um ano excepcional de crescimento em relação aos anos anteriores. E o mercado imobiliário deu uma travada em meados do ano, as transações diminuíram muito em meados do ano, mas elas voltaram – a gente vai ver mais à frente –, a partir do segundo semestre elas começaram a voltar. Mas mesmo assim o efeito acumulado provoca um impacto em relação ao ano anterior, de aproximadamente 10%, um pouco menos de 10% em relação ao arrecadado no ano anterior.

O ITBI é interessante a gente colocar em perspectiva um pouco maior, porque a partir de 2015 houve majoração da alíquota, de 2% para 3%. Então, se a gente pegar os anos anteriores e colocar essa majoração de alíquota, a gente percebe que a gente ainda está em patamares de arrecadação muito menores do que o potencial arrecadatório dos anos antes da crise de 2015-2016. Então, por mais que tenha essa perspectiva de retomada e agora um

solavanco um pouquinho, ainda estamos bem aquém do potencial que tem e observado nos anos 2013, 2014 principalmente.

O ICMS é interessante comparar com o nosso ISS. Ele tem um efeito um pouco diferente. A gente percebe que, diferente do ISS, ele não se recuperou tanto, ao longo dos últimos anos, dos efeitos da crise de 2015-2016. Vejam que em 2015-2016 fomos para 7,6 bilhões e ficamos por volta dele em 2017, 2018; em 2019 teve até um programa extra de parcelamento no final do ano que aumentou as receitas do ICMS, no final do ano, um programa de parcelamento feito pelo Governo do Estado, que aumentou a receita do ICMS e, portanto, a nossa contraparte. Mas, se não fosse isso, a gente estaria na mesma faixa de 7,6 bi, 7,7 bi. E o impacto da crise no ICMS foi bem mais forte; especialmente combustíveis, entre outros grupos de serviços, tiveram um impacto mais significativo do que o ISS no setor de serviços como um todo sujeito à tributação de ISS.

Além disso, também é importante comentar que estruturalmente a participação do Município de São Paulo vem caindo ao longo dos anos, cai por volta de um ponto percentual todo ano. Ou seja, faz parte desse processo de descentralização, especialmente da indústria. O crescimento da indústria no interior do Estado é maior do que o crescimento da indústria em São Paulo. Então nós temos um imposto aqui, nós temos uma receita que é importante, tem uma parcela significativa do Orçamento que está pressionada por fatores estruturais, como a descentralização da indústria no Estado, e mesmo por sua dinâmica de crescimento um pouco mais limitada quando comparada com os outros tributos.

O IPVA também mostrou uma trajetória de estagnação após a crise 2015-2016, mantendo esse patamar. Também houve esse reflexo da crise na venda de novos veículos, ou mesmo por conta do diferimento que o Estado promoveu no pagamento do imposto dos novos veículos, então a gente vai sentir aqui em 2020 um efeito da crise em função disso. Lembrando a todos que 50% do IPVA arrecadado pelo Estado é dos municípios e a distribuição dessa parcela municipal é de acordo com a proporção dos veículos emplacados em cada cidade.

Bom, nós temos transferências importantes também, transferências da Saúde, transferências da Educação, que somadas têm um conjunto representativo do Orçamento. Aqui a gente vê todas as transferências da Saúde, as do SUS, em valor menor também aquelas eventuais do Governo do Estado, ou convênios celebrados com a União.

Nos últimos cinco anos a gente vinha observando um crescimento modesto, acentuado em 2018 e 2019. E neste ano, por conta de todas as leis aprovadas no Congresso Nacional e todo o esforço de combate à covid, as transferências estão excepcionalmente mais altas: 3,5 bilhões. Há expectativa de que para o próximo anos esse valor, evidentemente, não vai se sustentar nesse patamar, ele volta ao nível de 2,3 bi, 2,4 bi, que é o esperado para o ano que vem.

Mas nós tivemos aqui 1,2 bilhão; aqui estão sendo contadas tanto as transferências do SUS como as transferências do Governo do Estado de São Paulo, como as transferências do Ministério da Saúde voltadas aos efeitos da covid, como emendas parlamentares dos deputados e senadores. Também aqui, 170 milhões do auxílio a estados e municípios, uma parte da transferência do auxílio a estados e municípios...

- Interferência sonora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – A assessoria pode desativar esse microfone? Assessoria, por favor.

Pois não. Agora, Secretário, me desculpe.

O SR. PHILLIPPE VEDOLIM DUCHATEAU - Não, imagina. Então eu estava dizendo que aqui estão todas as transferências direcionadas para a Saúde, do SUS ou convênios específicos, emendas parlamentares e também 170 milhões que é aquela parcela do auxílio emergencial a estados e municípios que poderiam ser direcionadas tanto para a saúde, como para a assistência social.

A opção da Prefeitura foi direcionar todo esse recurso para a saúde, porque, como nós vamos ver mais à frente, a saúde recebeu os maiores impactos em termos de despesas adicionais voltadas ao enfrentamento da pandemia, embora agora, no último trimestre, foi

aprovada a transferência do auxílio emergencial.

Mas a decisão já de deliberação de recursos já estava tomada, nós vamos ver mais à frente que, mesmo assim, a saúde despontou como a principal Secretaria, a principal pasta que teve de suportar os efeitos da pandemia.

As transferências da educação fortemente influenciadas pelo Fundeb, que têm dois componentes que sustentam a sua dinâmica, o seu crescimento: primeiro a evolução do ISS. Das receitas todas do Fundeb, o ICMS representa aproximadamente 80%. Mas também tem, como componente para a evolução do crescimento da receita, o percentual de matrículas.

O esforço que a Prefeitura teve ao longo desses últimos anos de eliminar a fila por vagas em creches, aumento da oferta de matrículas, principalmente na educação infantil e nas creches, aumenta o percentual da cidade de São Paulo na distribuição dos recursos do Fundeb no Estado. É por isso que a gente, a despeito do ICMS andar de lado, nos últimos anos a gente percebe essa evolução, principalmente, decorrente do aumento das matrículas, do esforço do aumento da matrícula que, aqui na cidade de São Paulo, levou ao aumento da distribuição *per capita*.

Em 2020, o impacto aqui, evidentemente, é puxado pela queda das receitas previstas de ICMS.

Por fim, a transferência para a Assistência Social, ou seja, aquilo que a gente observou do esforço da União em ajudar estados e municípios com recursos para a área da saúde, a gente não viu a mesma coisa nas transferências do SUAS.

Claro que aumentou de 150 para 165, mas o valor que já era baixo se mostrou bastante aquém das necessidades que estados e municípios tiveram no enfrentamento das consequências da pandemia, especialmente na área da Assistência Social.

Entrando mais nas receitas de capital, elas têm um componente importante, a outorga onerosa do direito de construção, aquela receita que vai para o Fundurb, ela tem uma ligação muito próxima com o mercado imobiliário.

O ano de 2019 foi excepcionalmente bom; o ano de 2020, antes da pandemia,

projetávamos um ano excepcionalmente bom também, mas a diminuição das transações no mercado imobiliário, a gente vai ver mais à frente, ocorrida em meados do ano, provocou seu impacto e as receitas projetadas para este ano são de 500 milhões de reais.

Mas é uma receita promissora. Nós vimos antes o potencial do ITBI que está aquém das expectativas do potencial de arrecadação, observado em 2013, 2014, eu diria que aqui também nós temos um potencial importante. No ano que vem tem a revisão do Plano Diretor, certamente isso pode também influenciar, para mais ou para menos, o potencial de receita derivado das outorgas dos direitos de construção.

Outra receita de capital importante é aquela decorrente da parcela das receitas da Sabesp, na exploração do serviço de saneamento, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto.

Evoluiu, ao longo dos últimos anos, de acordo com o próprio faturamento da empresa no serviço prestado no Município. Em 2020, os impactos, principalmente, na inadimplência das contas de água e de esgoto é que provocam esse impacto de, aproximadamente, 50 milhões, em relação ao que foi arrecadado, em 2019.

Por último, as transferências de capital da União, do Estado, todas elas somadas – são aqueles convênios com o Estado, principalmente, com a União, voltados a financiar projetos de infraestrutura. Aqui temos, principalmente, as obras de drenagem, que têm recursos do PAC, entre outras. Habitação também, algumas áreas que sustentam investimentos, que tradicionalmente contam com o financiamento de transferências, principalmente, da União.

Aqui a gente já sofreu um baque em relação aos observados em 15 e 16, a partir de 2017; 2019, então, o baque foi ainda maior; 2020, um pouco melhor do que 2019, expectativa de receitas de 125 milhões, principalmente, para as obras de drenagem no Município. No ano que vem a projeção é de valores próximos a isso.

Entrando agora nos principais desafios das despesas. A ideia aqui foi trazer algumas despesas selecionadas, principalmente, aquelas que mais ocupam espaço no

Orçamento que vêm apresentando um dinamismo importante para a gente poder analisar o comprometimento do Orçamento com elas.

A primeira delas, não poderia ser diferente, a educação, até por conta da vinculação constitucional de aplicar 25% da receita de impostos. Foi evoluindo 2015 a 2020, ano após ano. Em 2020, nós temos 13,461 bilhões, temos aqui uma economia em relação ao Orçamento que foi aprovado, especialmente, por conta da utilização da Medida Provisória, depois, convertida em lei de redução da jornada de trabalho, com a devida compensação salarial. A redução da jornada ou a suspensão do contrato de trabalho nas entidades conveniadas. Isso provocou sim uma economia que está sendo utilizada na distribuição das merendas, na aquisição dos *tablets*.

Mas não deixa de ser um orçamento importante que vem crescendo ao longo dos últimos anos. O crescimento aqui, previsto para 2020, acima da inflação, em relação a 2019, é de 4,8%. A evolução é de 2.800 para 3.461.

Na saúde então, eu estava dizendo, o impacto foi excepcional. Vejam só 11,072 bilhões, já teve um crescimento importante de 9%, em relação aos 10,140 bilhões; de 19 para 2020, nós já temos um orçamento estimado de 13,600 bilhões, crescimento de quase 23% na saúde.

Esse crescimento, de 2020, ele deve arrefecer um pouquinho, mas ele não volta ao patamar de 11,072 bilhões. A gente vai falar mais à frente, mas no orçamento do ano que vem que é um orçamento menor do que o orçamento aprovado, em 2020, tem na saúde uma das pastas que está crescendo mais, em relação a todas as demais em termos absolutos.

Então é um orçamento pressionado de duas razões: pressionado porque é uma receita menor do que a receita que foi prevista para este ano e, ao mesmo tempo, pressionado porque nesse espaço menor nós temos a saúde, consumindo boa parte do espaço orçamentário, porque cresce em relação ao orçamento que foi aprovado, neste ano.

Por isso, a gente vai ver mais à frente a pressão sobre investimentos e sobre outras áreas que não puderam crescer como cresceram os orçamentos da saúde e das áreas sociais.

Na Assistência Social a gente tem agora aqui o crescimento também bastante expressivo, aquele crescimento de 1,292 bilhão, para 1,956 bilhão, crescimento de 51%.

Aqui já estão previstos: toda a distribuição de cestas básicas, que vimos fazendo desde o início da pandemia; já 415 milhões, aproximadamente, de auxílio emergencial aprovado e sancionado pelo Prefeito recentemente. São três parcelas de R\$ 100,00, por membro de família, dobrado quando o membro da família é portador de deficiência, que ainda não é assistido pelo Benefício de Prestação Continuada.

São 416 milhões que se somam às cestas básicas, mais todo o esforço da Assistência Social na ampliação dos centros de acolhida e ações com população de rua. Então neste ano 1,956 bilhão. Para o ano que vem, evidentemente, o auxílio emergencial e a distribuição de cestas básicas já estão previstos no orçamento para não terem a sua continuidade. Imaginamos que o estado de calamidade seja revertido, a partir do ano que vem. O orçamento da pasta volta ao patamar de 1,300 bilhão.

Outra ação que vem crescendo, ao longo dos últimos anos, pois estávamos numa expectativa de redução em função das medidas dos contratos, assim como na política tarifária, mas que, neste ano, por conta da pandemia foi impactada, são os subsídios aos sistemas de ônibus, são as compensações tarifárias.

Aqui a gente já faz, inclusive, o ajuste dos DEAs, né, às vezes a despesa de um exercício é jogada para frente. Então a gente está trazendo de volta para cada ano. Foi assim que evoluiu, de um patamar de 2 bilhões, em 2015; em 2016, foi para 2,5 bilhões; em 2017 chegou a 3,200 bilhões. Dali por diante parou de crescer, 3,191; 2,936.

A gente tinha um orçamento, neste ano, de 2,250, mas que, por conta da pandemia. A nossa expectativa é de 900 milhões a mais. Pode até ser um pouco menos, estava na expectativa de 850, mas ela está nesse intervalo de 850 para 950 milhões, ou seja, de 2,250 para 3,200, neste ano.

No ano que vem, com as prerrogativas que o contrato tem de racionalizar a frota e ajustar as linhas, a gente volta ao orçamento de 2,250, que é o orçamento que a gente entende

que é estruturalmente satisfatório para o sistema de ônibus, com a demanda que temos. Importante lembrar que essa demanda vem caindo, ano após ano, principalmente, por conta dos modais como as bicicletas, o sistema sobre trilhos, ambos avançaram bastante na Cidade, nos últimos anos, por isso a demanda migrou para esses dois modais.

Mas, enfim, a expectativa para o ano que vem é a de que esse efeito emergencial de manter a frota maior do que a demanda não será mais necessária. A gente volta ao orçamento razoável de 2,250.

Por último, uma despesa importante que consome 2 bilhões do orçamento, é uma despesa contínua, regular, indispensável, são as ações de varrição e de coleta e afastamento dos resíduos sólidos.

É importante notar aqui o esforço que a Administração teve em transformar os contratos de varrição emergenciais em contratos definitivos. Vejam só que achávamos 1,184 bilhão, em 2017, passamos a 866 milhões, em 2019. Agora, a partir de então, o orçamento está nesse patamar com varrição, uma economia que ajudou a segurar o crescimento dessa despesa, despesa importante, essencial e continuada que consome uma parcela significativa do orçamento.

Quando a gente coloca essas três despesas importantes... perdão. Aqui é a despesa da previdência. Essa é outra despesa que vem, ao longo dos últimos anos, crescendo a taxas chinesas, comprometendo a capacidade de investimento, a capacidade de execução de políticas sociais, inclusive.

Temos aqui então, 2016 para 2017, de 2015 para 2016, essa evolução aqui é de 13%, aqui é de 14, 12%. Aqui, 18 para 19, 10%. A boa notícia, neste ano, é a de que o crescimento aqui está em torno de 7,7. Mas, mesmo assim, o crescimento é muito alto, ainda, das despesas com previdência.

O que nós fizemos, em 2018, foi aumentar a contribuição patronal de 11 para 14%, na reforma da previdência. Então a contribuição do servidor aqui teve esse aumento expressivo de 1,447 para 1,800. A contribuição patronal também acompanhou o crescimento, passou de

22 para 28%. Portanto, a insuficiência da previdência ficou estabilizada, de 18 para 19, em 5,400, depois ela volta a crescer, de acordo com o crescimento. Mas é uma economia de 400 milhões de reais, por ano, com a majoração da alíquota.

Outra coisa importante que foi feita, na reforma da previdência, foi a instituição da previdência complementar para os novos servidores. O efeito atuarial é significativo, mas ele é diferido no tempo, a gente vai ver esses efeitos no financeiro, no orçamentário de cada ano, só em alguns anos.

Quando comparamos com a receita corrente líquida, então, percebemos o esforço da gestão que tivemos nessas três áreas – a insuficiência da Previdência, a compensação tarifária e a varrição e a coleta de lixo. Então, estão aqui as três despesas somadas e aqui, embaixo, o valor da receita corrente líquida. Aqui, em cima, está o proporcional – o quanto essas três despesas somadas se comparam em relação à receita corrente líquida, qual percentual elas têm na receita corrente líquida. Então, percebemos que esse esforço da política tarifária e da racionalização dos contratos, mais as economias nos contratos de varrição, mais os efeitos da reforma da Previdência, abriram espaço, dessas três despesas, de aproximadamente três pontos percentuais da receita corrente líquida. Três pontos percentuais de uma receita de 57 bilhões dão aproximadamente um bilhão e meio a dois bilhões por ano.

Então, foi fundamental para, primeiramente, aumentar a capacidade de investimento em 2020, mas, evidentemente, veio a crise e todo o impacto que tivemos de absorver em Saúde e Assistência foi também direcionado para essas finalidades. Diminuiu um pouquinho o nível de investimento, mas ainda manteve em um volume alto. Nós vamos ver isso mais à frente.

Bom, chegamos, então, às premissas para o Orçamento de 2021 e à apresentação dos seus principais variáveis de receitas e despesa. Então, há o cenário econômico que foi utilizado para as projeções, trazendo aqui os principais deles, mas depois eu posso entrar em detalhes para alguns.

Aqui, eu estou atualizando um pouco as informações para as mais recentes. Então,

volto a dizer: a expectativa de queda do PIB, este ano, que chegou a seis e meio, pelo Boletim Focus, já está em 4,7 e, para o ano que vem, 3,3 de crescimento.

O IPCA também teve uma expectativa de inflação para este ano de 1% ou 1,67%. Com o crescimento da atividade e os efeitos, inclusive, do câmbio sobre alguns preços internos, já há uma expectativa de inflação de 3,25 e, para o ano que vem, 3,22.

A Selic caiu bastante. Ela é importante para algumas receitas e também para algumas despesas. Ela caiu bastante. Chegou a 2% e, para o ano que vem, o mercado projeta uma ligeira retomada, a 2,75, mas a patamares bem baixos, em relação aos observados nos anos anteriores.

Taxa de desemprego: aqui, temos um dos principais desafios para este ano e, principalmente, para o ano que vem, uma vez que percebemos que, mesmo com a retomada da atividade econômica, o desemprego leva um tempo maior para reagir. É só depois de algum tempo de atividade aquecida e a perspectiva da sua continuidade é que os agentes econômicos, então, tomem a decisão de contratar mais e utilizar melhor o nível de ocupação.

A taxa de desocupação medida pela PNAD Contínua alcançou, no último trimestre medido, 14,4%. Os dados da cidade de São Paulo, por essa variável, têm uma defasagem em relação aos dados do Brasil, mas se percebe que já estavam cerca de um ponto percentual acima. Devem seguir a mesma trajetória do aumento da população desocupada na Cidade.

A boa notícia é que o saldo de empregos formais, esse que conseguimos acompanhar com um pouco menos de defasagem, em relação às medidas da PNAD Contínua, mostra que o pico de desligamentos líquido... Aqui, o que é isto? A barra, aqui, é a evolução mensal de admissões, menos desligamentos no mercado formal de trabalho, capturada pelo CAGED. A linha azul, aqui, mostra o efeito acumulado ao longo do ano. Então, chegamos ao pior momento, de perda de 132 mil empregos formais, e, de lá para cá, há uma retomada tímida, mas constante, que sugere uma trajetória de volta dos empregos formais.

Aqui, como o mercado imobiliário tem uma importância significativa para as receitas do Município, também fazemos um acompanhamento das transações e da evolução dos

preços. Então, nas colunas, aqui, são as transações de compra e venda sujeitas ao ITBI. Vejam aquilo que eu falei: em meados do ano, houve um baque importante na compra e venda de imóveis na Cidade, mas, depois, percebemos que, no segundo semestre, voltou, até, com força.

O mesmo se observa nos preços. Então, aqui, temos uma comparação do acumulado do ano dos preços gerais, medidos pelo IPCA, e o índice Fipezap, que é um índice que captura a evolução dos preços dos imóveis na Cidade. Então, percebemos que há um crescimento acima do crescimento da inflação, principalmente em meados do ano. Já diminuiu um pouco a diferença agora, por conta da aceleração da inflação deste final do ano, mas, ainda assim, o mercado está bem aquecido, haja vista o volume de transações e a evolução dos preços.

Entrando, então, nas receitas e despesas previstas para o ano que vem, aqui, trazemos a comparação, sempre, em relação ao que foi aprovado no Orçamento deste ano, a previsão mais atual nossa sobre essas receitas e despesas e o que é previsto para 2021. Então, é aquilo que eu vinha falando: o Orçamento, aprovado na ordem de 69 bilhões, para o ano que vem será de 67 bilhões e meio. Seja nas receitas correntes, seja nas receitas de capital, vemos esses reflexos da queda, em relação ao que estava previsto no ano. Vamos entrar em alguma abertura dessas receitas.

Então, há as principais receitas de origem tributária. O ICMS volta a crescer em relação à arrecadação prevista no Orçamento de 2020, lembrando que o ICMS teve um efeito pequeno, de impacto. Então, para o ano que vem, há um crescimento de 6% em relação àquilo que é previsto no ano que vem.

O IPTU, também: 10 e 958, contra uma previsão de arrecadação de 10 e 619. Aqui, quando comparamos, então, o IPTU previsto, em relação à previsão do ano, há 3% de crescimento. O ISS: oito. O ITBI: 1% – dois e 326, contra dois e 297. O ICMS: sete e 600, ainda aquém dos oito bilhões e 32, como eu falei, por conta do impacto muito expressivo na arrecadação deste ano. O IPVA, em função da queda do número de novos veículos e da queda

do preço dos veículos: dois e 600 – uma queda de 2%, em relação à previsão de 2020.

Quero falar, também, de algumas receitas não recorrentes. Estamos prevendo 500 milhões, de Cepac. Esses 500 milhões já estavam previstos no Orçamento deste ano. Por conta da crise e de todo o efeito que teve no mercado imobiliário, a decisão foi prorrogar isso. Então, no Orçamento de 2021, conjecturamos a realização dos leilões da Faria Lima no ano que vem – 507 milhões. E há as receitas de desestatização: um bilhão e 147, dos quais 893 são de concessões e permissões de uso. A principal delas é a concessão do Serviço Funerário, já autorizada pela Câmara Municipal. Também foi prorrogada em função dos questionamentos do Tribunal de Contas e por conta, mesmo, da própria pandemia, também. Acho que foi importante a prorrogação para o ano que vem. Entre outras concessões – podemos detalhar depois –, há alienações de imóveis, principalmente aqueles imóveis todos cuja venda foi autorizada pela Câmara Municipal. Receitas de operações de crédito: um bilhão e 31. Receitas de convênios com a União e com o Estado: 288 milhões com a União e 55 milhões com o Estado, com três bilhões de receita não recorrente. É um Orçamento que eu diria ser bastante realista, à luz das expectativas para o ano que vem.

Muito se discutiu sobre as renúncias de receitas decorrentes das unidades, isenções e dos quadros que apresentamos no Orçamento. Essa foi uma discussão que ocorreu no Orçamento do ano anterior. Ocorreu na discussão da LDO. Então, estou trazendo aqui um quadro das renúncias e benefícios. Estão separados em quatro grupos.

O primeiro é o potencial arrecadatório não exercido. Aqui, para efeito de transparência, a Secretaria da Fazenda calcula todos aqueles bens e serviços que estão sujeitos a uma tributação aquém da máxima permitida, mas é preciso fazer um destaque especial das sociedades uniprofissionais. A sociedade uniprofissional é diferente. Em vez de recolher o ISS sobre o faturamento, ela recolhe um valor fixo determinado pela legislação em função do número de sócios que a compõem. Então, essa comparação, da diferença entre o recolhimento por essas temáticas e o recolhimento pelo ISS normal, é uma das mais significativas: quase 900 milhões de reais projetados para o ano que vem.

Além disso, há as imunidades. Então, patrimônio, principalmente, de instituições imunes pela Constituição, tem aqui os seus efeitos de renúncia. Ou seja, é uma coisa sobre a qual o Município não tem controle. É uma imunidade de instituições sem fins lucrativos ou voltadas para a área da Assistência e para a área da Educação. As igrejas são as principais imunidades. Todo IPTU... Por exemplo, os imóveis dessas entidades são imunes. Isso é previsto pela Constituição.

Há as isenções, aquilo que depende, sim, de lei municipal: um bilhão e 800. A principal delas é a isenção de IPTU por valor venal, aquele valor venal dos imóveis residenciais abaixo de 160 mil ou dos imóveis não residenciais abaixo de 90 mil. Entre 160 mil e 320 mil, para residenciais, e entre 90 mil e 180 mil, para imóveis não residenciais, há uma isenção parcial. Também é bastante significativa: 534 milhões. Os aposentados com rendimento menor do que cinco salários-mínimos têm direito à isenção parcial ou total e templos religiosos e agremiações esportivas são outros, também, que têm uma significância: 21 e 18 milhões. Outras renúncias e benefícios fiscais: 329 milhões, totalizando 13 bilhões de renúncia de receita, que vinha evoluindo de acordo com essa trajetória.

Despesa: há os principais agregados. Despesa de pessoal: aqui, eu já fiz uma separação, tirando da despesa de pessoal aquele pagamento de precatórios. Vamos lembrar que os precatórios de natureza alimentar, muitas vezes, por conta de salários devidos, reconhecidos na Justiça, oneram a despesa de pessoal, mas, para compararmos adequadamente, nós tiramos esse efeito e o colocamos nas sentenças judiciais – principalmente precatórios, entre outras sentenças. Deixamos no pessoal ativo só aquilo que está na folha de ativos, mesmo, de funcionários da Prefeitura – e inativos, a mesma coisa.

Então, a evolução de despesas de pessoal é relativamente controlada: 23 eram previstos na despesa de pessoal da LOA. A nossa projeção para este ano é menor: de 22 e 453, tanto para os ativos quanto para os inativos – explico por quê. Para 2021, houve um crescimento de 5% em relação a essas despesas previstas.

O que aconteceu aqui, em 2020, que estamos com uma previsão menor do que o

que estava previsto no Orçamento? Bom, primeiramente, com a crise, optamos por prorrogar o máximo possível, sem comprometer os serviços públicos, o ingresso de novos concursados e toda a legislação de revisão dos salários e pessoal também foi suspensa, dentro das suas possibilidades. Então, o Orçamento não foi plenamente exercido, por conta dos reajustes e das contratações que estavam já contempladas no Orçamento. Aí, veio a Lei Complementar 173, que, em função da calamidade, tornou nulo qualquer ato de aumento de despesa de pessoal, especialmente salário ou contratações que não fossem a reposição de vacâncias. Então, os efeitos dessa lei também condicionam a despesa de pessoal a patamares de crescimento modestos, em relação ao que foi previsto nos anos anteriores.

É bom lembrar, também, que a Câmara Municipal autorizou a suspensão da contagem de prazo dos concursos públicos que venceriam durante a calamidade – ou estado de emergência, para ser mais preciso. Então, nenhum direito adquirido dos servidores concursados está suprimido. Essas decisões vão ser prorrogadas para o término da vigência do estado de emergência.

Outras despesas correntes: aqui, sim, tivemos um impacto muito significativo, por conta de tudo aquilo que eu mencionei, na Saúde, na Assistência Social e nos Transportes – 28 e 900 estavam previstos no Orçamento, para um gasto de 31 bilhões e meio. Depois, os efeitos emergenciais voltam. Mas voltam em um nível alto, 29 bilhões e 200 de despesas correntes.

Investimentos. Tínhamos um orçamento de 7bi e 600. O orçamento de investimento é até maior, mas parte das sentenças judiciais estão aqui. Então já tirei o efeito das sentenças judiciais, enfim 7bi e 600 de investimentos. Caiu, evidentemente, teve de ser contingenciado uma parte para absolver os impactos, mas ainda assim, um patamar bem alto de orçamento disponível de 5bi 400 e no ano que vem temos condições de manter 4 bi e 400.

Intervenções financeiras da ordem de 90 milhões. Serviço da dívida. Aqui, o efeito da suspensão da dívida em 2020 mais a sua retomada normal e mais o pagamento dos outros contratos, 4bi e 785 no ano que vem.

Sentenças judiciais, na ordem de 2bi e 200. Aqui, principalmente, com o custo de precatórios, mais residualmente algumas outras coisas e, como todos os anos, fazemos uma reserva de contingência ao projeto de lei enviado. Com as intraorçamentárias, contribuição patronal voltada à Previdência, principalmente, representado nesses 3bi 100 e 67bi e meio, valor de 1bi e meio menor do que o Orçamento aprovado ano que vem, mas ligeiramente superior à estimativa da receita desse ano. Lembrando que daqui para cá saem as despesas extras da União, mas vem também o crescimento das receitas regulares: ISS, ICMS, entre outras.

Quando olhamos aquelas três despesas que mencionei anteriormente, conseguimos ficar no orçamento de 2.250, abrimos um espaço ainda maior dessas despesas para outras finalidades, seja de investimentos ou seja do aumento do custeio da saúde, principalmente, entre outras pastas.

Presidente, como mencionei, em números gerais sobre a arrecadação para entendermos a evolução dos principais receitas e despesas e apresentar nesta audiência as projeções das receitas e despesas nos seus agregados.

Fico à disposição dos comentários, sugestões e considerações de todos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Secretário. Quero registrar a presença do Vereador Isac Felix e também do Secretário de Cultura Hugo Possolo.

Como temos muitos inscritos, ao todo são 74 inscrições, terei de ser rigoroso nos três minutos, serão quase 4h de audiência, se todos falarem, cumprindo os três minutos.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Gostaria de me inscrever, Presidente Antonio Donato.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Vou intercalando os Vereadores com os cidadãos e cidadãs que se inscreveram, mas até para termos essa dinâmica, queria fazer uma primeira rodada com três pessoas e em seguida passo a palavra aos Vereadores. Vou intercalando para que possamos ter dinâmica na audiência pública.

Vou chamar o primeiro inscrito, que é o Sr. José Renato Fonseca de Almeida.

O SR. JOSÉ RENATO FONSECA DE ALMEIDA - Boa tarde a todos, Secretários, Vereadores. Muito obrigado pelas falas, pelas apresentações. Nós, tradicionalmente da Cultura, acompanhamos sempre esses movimentos do Orçamento. Estamos aqui de novo, na nossa batalha contínua, ininterrupta e infinita pelos 3% para a Cultura. Voltamos à batalha, como todo os anos estamos presentes.

Este ano tem uma peculiaridade bastante grave, pela incidência da Covid-19, apesar de a apresentação do Secretário de Finanças nos mostrar na realidade que, apesar dos impactos da covid, tivemos boas notícias em vários momentos do ano de imensa e grande aumento de arrecadação do Município, e também temos vários relatos, documentos e matérias de quedas de despesas por ações que não foram realizadas em função da própria pandemia.

Então temos, de certa maneira, um orçamento até equilibrado para não falar de um aumento de arrecadação na realidade. E a Cultura, normalmente, já tradicionalmente, vem sendo prejudicada. Voltamos à carga com as nossas tradicionais reivindicações, neste momento pedindo o acompanhamento de vocês, nesse momento que foi tão grave que, efetivamente, paramos.

A nossa atividade, que parte da aglomeração, do acompanhamento de pessoas umas junto das outras, foi completamente interrompida. Estamos há nove meses nessa

situação e nesta semana, por exemplo, foi que começaram a pagar os recursos da Aldir Blanc, que por uma série de fatores e do Município, a gente acabou não tendo nada, no sentido emergencial. Teve o cumprimento daquilo que são as leis e as regras do Município nos seus editais etc, mas do ponto de vista emergencial. Não tivemos nada, efetivamente, emergencial para atender o setor.

Então de algumas coisas que já observamos no Orçamento, temos alguns pedidos, aquisições, exigências e diálogos fazer aos senhores: a tradicional audiência específica da Cultura para podermos destrinchar o Orçamento, é fundamental; a relatoria específica da Cultura como temos tido nos últimos anos, isso é fundamental; o aumento para 3% do Orçamento Municipal para a Cultura. O que já vimos do Orçamento, precisamos retomar as rubricas do plano, do Fundo e do Conselho Municipal de Cultura. Parece que elas foram tiradas desse Orçamento. Retomarmos a discussão do PL 343 do auxílio emergencial, que já foi aprovado em primeira instância, para aprovarmos em segunda e sancionar.

Muito obrigado. Vamos em frente! Estamos aqui presentes. Obrigado, Sr. Presidente, obrigado a todos!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Muito obrigado, José Renato, que cumpriu rigorosamente o tempo.

Próximo inscrito, Sr. Rodrigo Andrade.

O SR. RODRIGO ANDRADE - Boa tarde a todos. Reitero toda a fala do José Renato, que coloca muito bem a questão do PL 343, que está parado no Executivo, sobre o Plano Municipal de Cultura, o Conselho, etc.

Gostaria de chamar atenção para as linhas de fomento do Orçamento. O fomento ao teatro, ele tem uma queda para 15 milhões, sendo que por lei, por cumprimento da lei, o fomento ao teatro deveria ter, com os reajustes previstos na Lei de Fomento, cerca de 21

milhões de reais, e ele está com 15 milhões de reais. Enquanto vemos também que as leis de fomento, que tem uma especificidade, que é de estruturação de uma linguagem, vemos o que acontece no fomento ao forró. O fomento ao forró, por exemplo, está com uma vergonhosa verba de 656 mil, onde o teto dos projetos neste ano, do primeiro edital, foi de 30 mil. É impossível se estruturar um trabalho anual com 30 mil reais para o coletivo, ou seja, mesmo para um artista.

Fomento ao reggae, a mesma coisa. É impossível estruturar um fomento, um trabalho de fomento com 30 mil por um projeto. Estamos falando de fomento e não de edital. Há uma grande diferença quando um edital *premium* visa a circulação ou a criação de produtos. Aqui se visa na estruturação do artista para potencialização do seu trabalho, e fica inviável, sem contar que não temos verba para programação dos teatros. Então quem acaba fazendo teatro popular na Cidade são os coletivos e os artistas e não a Cidade, porque o artista é obrigado a cobrar um preço popular do seu ingresso e acaba arrecadando numa bilheteria, algumas vezes 400, 500 reais, para pagar uma equipe de dez pessoas. Não se paga. Não é uma verba digna, sem contar essa paralisação que a gente vive na nossa área.

Eu tive na minha companhia dois grandes trabalhos durante o ano inteiro, que foram sessões de *lives*, em agosto, pelas bibliotecas e o recreio nas férias em janeiro. O que sustentou minha companhia, muito dificilmente, este ano. E agora espero receber as verbas da Lei Aldir Blanc. Precisamos continuar vivos para poder voltar ao nosso trabalho quando essa pandemia passar.

Muito obrigado, Presidente Antonio Donato.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Rodrigo. Próximo inscrito, Sr. Pedro Anacleto. (Ausente) Tem a palavra o Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY - Presidente Antonio Donato, primeiro meus parabéns pela sua reeleição. Que bom continuarmos a ter V.Exa. aqui para

trabalharmos conjuntamente e sempre com sua dedicação formidável para o interesse dos paulistanos. Secretário Philippe Duchateau, meus cumprimentos. Agradeço a sua atenção para com o projeto que, finalmente, acabou sendo aprovado, sancionado pelo Prefeito Bruno Covas, depois de termos tido audiência com o senhor e com o Ministro da Casa Civil, Orlando Faria para mostrar que seria possível, sim, a Renda Básica Emergencial.

O que eu gostaria de lhe perguntar é o seguinte: como tem conhecimento, ao final da sua gestão, o Prefeito Fernando Haddad apresentou o PL 620/2016 que institui, gradualmente, a Renda Básica de Cidadania em São Paulo, por etapas, de maneira semelhante à forma como existe a Lei Nacional 10.835/2004, pela qual será instituída, por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados como faz o Bolsa Família; hoje, o auxílio emergencial, até que um dia tenhamos a renda básica incondicional, universal para todos. Se fosse em São Paulo, os 12 milhões de habitantes.

Na forma como chegamos a um entendimento, 48 Vereadores votaram a favor, apenas dois contrários e até manifestando que votaram contrário por causa, só, das circunstâncias de estar muito próximo das eleições, porque possivelmente teriam votado a favor. Mas acontece que para que se votasse o projeto da renda básica emergencial, o PL 207/2020, de minha autoria, apresentado em 2 de abril, e o que foi efetivamente apreciado foi o projeto de lei do Executivo, do então Prefeito Fernando Haddad, com um substitutivo que ficou 207 da Renda Básica Emergencial...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Vereador, para a conclusão.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY - Concluindo, prezado Presidente Donato. Portanto, o que tramitou, oficialmente, foi o projeto 620, na forma do substitutivo do PL 207/2020. Ora, o PL 620 do Fernando Haddad, que é mais definitivo e não emergencial, já havia sido aprovado nas Comissões de Constituição e Justiça e de Administração Pública.

Estava com parecer favorável do Vereador Gilberto Natalini, na Comissão de Saúde. E com esse procedimento, acabou sendo estancada sua tramitação.

O que pergunto e gostaria de sugerir ao Prefeito Bruno Covas e ao Secretário de Finanças Philippe Duchateau, que tem uma palavra importante, não precisa decidir agora, mas sugerir que o Executivo possa considerar, reintroduzir o PL 620 do Executivo, para que ele continue a tramitar na Câmara Municipal.

Compreendeu, Presidente Donato? Para que possamos dar continuidade, uma vez que foi aprovado a emergencial por três meses com valor de cem reais por pessoa, que tem muito mérito. Mas podemos dar continuidade ao exame da renda básica definitiva, conforme estava no projeto original do Executivo. Pensei até em reapresentar aquele projeto, mas acredito que será mais adequado se o próprio Executivo resolver reapresentar.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Obrigado, Vereador.

Gostaria de informar que se inscreveu mais uma pessoa, então são 75 inscritos. As inscrições estão, definitivamente, encerradas.

Próximo inscrita, Sra. Alessa Camarinha. (Pausa) Ausente. Sra. Bárbara Bijos Maves. (Pausa) Ausente. Sr. José Cury Filho. (Pausa) Ausente. Sra. Isabel Cristina Correia dos Santos. (Pausa) Ausente. Próximo, Sr. Gustavo Vinicius de Oliveira Mariano Xavier.

O SR. GUSTAVO VINICIUS DE OLIVEIRA MARIANO XAVIER – Primeiro, bom dia aos Secretários e aos Vereadores presentes. Estou aqui em nome do Movimento Cultural de São Paulo. Das linguagens que faço parte, faço parte do Carnaval de Rua e do Reggae. Dentro da nossa pauta de Cultura, a gente está aqui, primeiramente, para falar sobre, o que o Zé e o Vereador Suplicy já falaram, o Auxílio Municipal, que pode ser dado, que é o PL 348, que está na Câmara Municipal, que a gente solicita. E graças a Deus a gente viu agora, com a

fala do Secretário da Fazenda, que nem tudo foi gasto neste ano devido à pandemia, então a gente entende que tem verba em caixa. E, dentro dessa nossa reivindicação, a gente solicita audiência pública exclusiva para a cultura junto com uma relatoria específica. Além disso, entendemos que o Plano Municipal de Cultura e o Conselho Municipal são imprescindíveis para que a área dos trabalhadores da cultura não fique ainda mais desemparrada.

Também quero trazer para esta discussão a não execução, no Orçamento, que já estava na LOA deste ano, de 2020, da linguagem reggae. Houve cerca de 700 mil reais para a linguagem reggae, sendo que, desses, só foram utilizados 300 mil reais. Por mais que haja luta por verba na LOA de 2021, o Executivo tem que por essa verba para funcionar. Além disso, a inclusão definitiva do Carnaval de Rua na lista orçamentária; porque, muitas vezes, as despesas do Carnaval de Rua entram como contratações emergenciais. Então, está na hora, também, de colocar o Carnaval de Rua, que é uma linguagem que movimento, entre arrecadação de ISS e outros serviços e trabalhos para a Cidade, cerca de 2 bilhões por ano. Então, está na hora de Carnaval de Rua ser contemplado em texto de lei, e não sendo tratado na forma emergencial.

Primeiramente, é isso. Obrigado a todos e a todas pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Gustavo. Próximo inscrito é o Rapper Pirata.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (RAPPER PIRATA) – Parabéns, Donato, pela eleição; parabéns, Suplicy, pela eleição; parabéns ao Isac Felix também. Acho que estamos numa discussão política importante na Cidade. Quero reverberar a fala de todo mundo do movimento. É importante esta audiência pública referente à área da cultura, assim como a relatoria é importante.

Quero deixar já uma pergunta ao Hugo Possolo. Quero entender o que é esse gasto de 275 milhões de reais, sendo que 50% vão para os funcionários. É incrível. Por que a Secretaria de Turismo aumentou seus gastos para 98 milhões, tudo com cultura? A Cidade já

gastou 490 milhões de reais em cultura. Eu só queria saber como rolou isso, sendo que o auxílio emergencial da Lei Aldir Blanc tirou boa parte da periferia; o jeito como foi feito foi extremamente errado. Temos até o final desse mês para o mês de dezembro para que sejam gastos 75 milhões, e não houve gastos pelo auxílio emergencial do PL 343/2020. Eu gostaria que o Secretário explicasse isso para nós.

Gostaria também que houvesse a efetivação do Mês do Hip Hop e do cumprimento das Leis do Hip Hop na íntegra, e não do jeito que está. Porque a Secretaria de Cultura conseguiu fazer o Ano do Hip Hop: está chegando o mês de dezembro e está rolando o Mês do Hip Hop, um desrespeito com a periferia e com todos, sendo que há Orçamento.

O Orçamento da cidade de São Paulo mostra que não há crise. Há um debate de crise, e é um debate incrível, porque o Prefeito da cidade de São Paulo está dizendo que não há crise, que está sendo ofertado um monte de coisas, e o Secretário de Finanças diz o inverso do que diz o Prefeito. Quero que também seja explicado para nós o que é essa parceria com o Triângulo SP, o triângulo do Centro, pois o Prefeito está prometendo, para resolver os problemas da periferia, injetar dinheiro no Centro, no Anhangabaú.

Era só isso. Gratidão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Pirata. Próximo inscrita, Sra. Juliana Matheus. (Pausa) Próxima, Sra. Evinha Sampaio. (Pausa) Próximo, Sr. Celso Albuquerque.

O SR. CELSO FERREIRA DE ALBUQUERQUE – Muito bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar, primeiramente, o Secretário e os Vereadores presentes e todos os companheiros da sociedade civil e dos movimentos. Meu nome é Celso, sou técnico de luz, trabalho no teatro, sou um trabalhador da cultura. Como trabalhador da cultura e também como membro de movimento, procuramos a organização dessa categoria, sempre muito inviabilizada. Sabemos que hoje somos cerca de 10 mil trabalhadores de área técnica da cultura. Estamos há 8 para 9 meses sem trabalho e sem perspectiva. Com a possibilidade de uma segunda onda da Covid-19, de possibilidade de novo fechamento, e também levando-se

em consideração essa abertura gradual que pode ser feita, sabemos que não haverá trabalho para toda a categoria, para todos os trabalhadores; será algo muito limitado.

Tenho que ressaltar também que no escopo da Lei Aldir Blanc, pelo menos 1.093 técnicos estão homologados e já estão começando a receber esse auxílio. Isso vem em boa hora, é muito importante, mas também não é suficiente, não é o bastante tendo em vista a perspectiva de não voltarmos a trabalhar tão já.

Então, eu gostaria de ressaltar e pedir que seja feita na forma de política pública essa inclusão dos técnicos nas linhas de editais de prêmios, que foram feitas. Que isso continue sendo encampado pela Cidade, pela Prefeitura, pelas Secretarias, principalmente a Secretaria de Cultura. Essa inclusão é da maior importância porque vai deixar uma parcela muito grande de trabalhadores com alguma possibilidade de continuar sobrevivendo. Sabemos como está difícil a situação de todos os trabalhadores, mas notadamente a dos trabalhadores da cultura, que sofrem um impacto muito maior nessa situação de pandemia porque somos uma categoria que sobrevive das aglomerações de pessoas, que são os espetáculos de teatro e musicais. Nessa perspectiva de ainda impossibilidade do nosso trabalho ser efetivado, que se continue levando em frente essa ideia do auxílio emergencial que foi feito.

Concluindo, agradeço a oportunidade de poder estar aqui me manifestando e dialogando com vocês. Que tenhamos audiência pública para o setor da cultura em 2021. Um bom dia para todos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Bom dia e obrigado, Sr. Celso. Pressionado pelo número de inscritos, cometi um erro. Não passei a palavra para o representante do Tribunal de Contas, que sempre nos acompanha, que é o Thulyo. Eu queria que ele pudesse fazer uso da palavra comentando a proposta. Então, com a palavra, o representante do Tribunal de Contas do Município, auditor Thulyo.

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES – Bom dia a todos. Vou tentar ser muito breve, pois sei que há muitos inscritos na sessão de hoje. Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Presidente, os Vereadores e o Secretário da Fazenda, bem como todos os

munícipes que acompanham a audiência.

Gostaria de mencionar que o Tribunal de Contas está em fase de finalização do relatório de auditoria sobre o Projeto de Lei Orçamentária; e, assim que estiver finalizado, iremos encaminhá-lo a esta Comissão antes da próxima audiência, que é a segunda audiência do PLOA.

Cumpra observar também que a nossa análise no Tribunal foca mais nos números macroeconômicos e num cenário econômico do PLOA e nos ditames legais, não entrando tanto em detalhe, especificamente nos tipos de despesa e tudo mais.

Eu trouxe aqui só cinco destaques, rapidamente, sobre o PLOA, quando confrontado com a LRF, com a Constituição e também em relação à evolução das receitas e despesas nos exercícios anteriores. Os principais pontos que temos são os seguintes.

Primeiro, no demonstrativo da compatibilidade entre o Orçamento e as metas fiscais que são divulgadas no PLOA - que compara o Orçamento proposto com as metas constantes do anexo de metas fiscais da LDO – há uma divergência entre a receita total prevista arrecadada em 2021 e a descrita no artigo 2º do PLOA. Em retorno a um questionamento da Auditoria, a Secretaria da Fazenda informou que esse demonstrativo não corresponde à versão final. Então, o primeiro ponto é que seria necessário divulgar esse demonstrativo atualizado.

Segundo ponto, em relação às renúncias de receitas; como o Secretário bem detalhou, todas as renúncias. Porém, não há no PLOA medidas de compensação para essas renúncias de receitas. Isso é uma infringência ao inciso II do artigo 5º da LRF. Esse seria o segundo ponto.

Terceiro ponto. O parágrafo 5º desse mesmo artigo da LRF dispõe que a Lei Orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior ao exercício financeiro que não esteja previsto no Plano Plurianual – PPA. Fizemos um trabalho de comparar o PPA 2018-2021 com o PLOA 2021 e constatamos que há ações, num montante de 4,5 bilhões de reais, que estão no PLOA, mas que não constam do PPA. E, pelas informações

presentes no PLOA, não é possível identificar se essas despesas são de duração inferior ou superior a 1 exercício financeiro. Portanto, é importante um maior detalhamento visando a atender esse dispositivo da LRF. Esse é o terceiro ponto.

Quarto ponto. Nós identificamos também necessidade de justificativas e detalhamentos com relação às seguintes receitas e despesas. Receita patrimonial: observamos uma queda de 50% dessa receita com relação ao previsto na LOA de 2020, em que pese a tendência de aumento de caixa e o esperado aumento da taxa Selic para 2021, além de estarem previstas para 2021 as receitas das concessões de Interlagos, cemitérios, parques e mercados.

Sobre a receita de alienação de bens: temos no PLOA 592 milhões de reais. Porém, nós observamos que na apresentação do Secretário constou o número de 254 milhões de reais. Então, ficamos em dúvida sobre por que houve essa diferença.

Receitas com operações de crédito. Comparando o PLOA com a LDO de 2021, não é possível saber o motivo da redução da receita de operações de crédito no valor de aproximadamente 2 bilhões de reais. Na LDO estava 3 bilhões; no PLOA, 1 bilhão. Então, nós gostaríamos de saber de SF mais detalhes sobre essas mudanças e as justificativas que motivaram essas alterações nas receitas com operações de crédito.

Uma questão sobre necessidade de justificativa de detalhamento são as despesas com investimento. Confrontando a LDO 2021 com o PLOA 2021, apuramos uma diferença de 1,2 bilhão de investimentos, que poderia ser mais bem detalhada.

Quinto e último ponto, relativo ao Orçamento de investimento das empresas. No demonstrativo de Fontes e Usos da SPTrans, a receita própria da empresa foi demonstrada apenas pelo valor total, sistema de transporte coletivo, no valor de 5,1 bilhões, sem detalhar a apuração do montante ou apresentar seu embasamento, em prejuízo da transparência das informações consolidadas.

Esses são os rápidos comentários do Tribunal de Contas, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Thulyo. Próxima inscrita, Sra. Isabel Santos.

A SRA. ISABEL CRISTINA CORREIA DOS SANTOS – Bom dia a todos. Quero agradecer pela oportunidade da fala, pois, num primeiro momento, tive dificuldade de acesso ao microfone.

Sou Isabel Santos, Coordenadora do Fórum Estadual do Forró de Raiz SP. Temos um movimento que visa a tornar o forró patrimônio do Brasil e do Estado de São Paulo. Esse processo de reconhecimento está em andamento e já em fase de conclusão.

Neste ano tínhamos uma verba para o primeiro edital do forró, de 1,6 milhão de reais, que, do ponto de vista do tamanho dessa comunidade, é um valor realmente ínfimo; e perdemos 70% dessa verba por conta da pandemia. A partir do momento em que a comunidade começa a acreditar que através da sua lei ela pode efetivamente receber o recurso no sentido de fazer o seu direito de manifestações culturais, no momento da execução isso ser cerceado em 70% foi um tremendo choque para a comunidade, uma vez que dos 54 projetos que foram inscritos somente 2 não foram aprovados, porém metade dos aprovados ficou fora da execução.

A LOA deste ano não considerou esse valor. Ficou em 650 mil, valor que está muito distante de atender uma comunidade de nordestinos que tem, na cidade de São Paulo, a magnitude de uma capital do Nordeste, com quase 5 milhões de pessoas. Além disso, tínhamos também uma rubrica para começar o Centro de Referência do Forró na Cidade, e ela foi totalmente ignorada.

Então, venho para falar sobre a necessidade de retomarmos esses assuntos para a Lei Orçamentária de 2021. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Isabel. Próxima inscrita, Sra. Julia Alves dos Santos.

A SRA. JULIA ALVES DOS SANTOS – Obrigada. Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente, os Secretários, Vereadores e colegas da sociedade

civil também.

Eu sou bibliotecária. Eu faço parte também da biblioteca comunitária Espaço Jovem Alexandre Araújo Chaves, EJAAC, que fica na zona Sul aqui de São Paulo. Também faço parte do conselho municipal do plano do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca, também aqui em São Paulo; e faço parte também da rede LiteraSampa e da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias.

Eu venho reiterar meu apoio também para a audiência específica para a Cultura. A gente sabe que os orçamentos do setor da Cultura vêm tendo um recurso cada vez menor e, pelo contrário, a gente tem que aumentar os recursos para o setor cultural, que vem sendo tão afetado, principalmente neste momento de pandemia que estamos vivendo ainda.

Gostaria também de destacar que, na proposta de orçamento, a gente não tem a inclusão de um recurso específico para o plano municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca. Quanto a esse plano, a lei foi instituída em 2015. Então, foi uma lei construída com uma grande participação popular, com destaque de muitas necessidades e muitas metas; e esse plano precisa ser efetivado e precisa também de um recurso anual, para que as suas metas sejam efetivadas. Eu gostaria de colocar um destaque também para a necessidade de um fomento específico para as bibliotecas comunitárias, que são equipamentos que estão nos territórios das comunidades, das periferias, necessitando essa descentralização do recurso. Ou seja, é nas periferias onde a gente consegue ter atuação de mediação de leitura e formação de novos leitores, mas a gente também precisa de capacitação de fomento a esses espaços e aos profissionais, aos mediadores que atuam nesses territórios. Então, falo do destaque para essa necessidade de implementação da lei e também do fomento para as bibliotecas comunitárias.

Agradeço pela oportunidade da fala.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Julia. Tem a palavra a Sra. Cecília Carvalho.

A SRA. CECÍLIA MARTINS DE LISSANDRE SOUZA ARANHA DE CARVALHO - Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de cumprimentar primeiramente os companheiros da

sociedade civil, que estão aqui expondo as necessidades. Em segundo lugar, parabéns pela eleição, Sr. Presidente Donato, Vereador Suplicy e todos os Vereadores presentes.

Eu sou representante do movimento SOS Técnica SP, que organiza os técnicos em Cultura e entretenimento na cidade de São Paulo. Nós ficamos em uma situação de vulnerabilidade com a pandemia, desde o dia 16 de março, com todas as aglomerações proibidas. Nós trabalhamos em aglomerações. Muitos colegas precisaram de iniciativas de outros colegas, como Backstage Invisível, Fundo Marlene Colé e algumas outras que distribuem cestas básicas para a categoria, inclusive o Sapede.

Então, eu gostaria de falar que a Lei Aldir Blanc premiou 1.093 técnicos, num total de 5 milhões e 465 mil reais. Isso veio em boa hora, como o companheiro Celso falou; porém esse dinheiro serve para sanar as dívidas que muitos fizeram e é pouco. Nós não temos perspectiva de volta, mesmo com a abertura dos que houve, e provavelmente irá ser retomado o *lockdown*, por causa da segunda onda. Muitos poucos colegas trabalharam efetivamente. A maioria não está trabalhando. Então, eu reitero aqui a importância de pensar políticas públicas para a categoria. Reitero a importância de uma audiência pública exclusiva para a Cultura, onde nós, técnicos, possamos participar também enquanto sociedade civil.

Só para deixar um dado pessoal meu, eu tive notícia do suicídio de onze companheiros, por causa da pandemia, de não terem renda. Então, a situação é muito grave. Peço atenção de todos para a nossa categoria.

Muito obrigada pela palavra.

Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Osmar de Souza Araújo.

O SR. OSMAR DE SOUZA ARAÚJO FILHO - Posso falar? Bom dia. Bom, fiquei aliviado ao ver que o programa Cultura Viva teve mantida a sua rubrica na peça orçamentária; só que, com mil reais, é nada. É uma incongruência, porque o programa Cultura Viva é uma lei federal e uma política nacional. É como se a secretaria, o município falasse: "Eu não quero o

SUS". A gente já viveu isso aqui na cidade de São Paulo, de haver um sistema da Prefeitura. É a mesma lógica. Enfim, vamos batalhar para aumentar esse orçamento novamente neste ano e que não haja mudança de orçamento para outras rubricas do orçamento que a gente conquistar. É o nosso pedido aqui.

Também pedi audiência para a Cultura especificamente; e aguardamos a proposta da secretaria. Aproveitando a presença do Sr. Secretário, falo do encaminhamento da proposta do Conselho Municipal de Política Cultural.

Sobre a diminuição de 17,5 milhões para a pasta da Cultura, eu fico me perguntando: "Por que isso acontece?" Porque houve diminuição. Houve isso para a Assistência Social, para o Turismo e assim por diante, e houve aumento para obras e para o trabalho. Parece-me ser uma estratégia, na peça orçamentária, para gerar emprego e renda; mas isso é um modelo que para quem entende de desenvolvimento sabe que está superado numa Cidade que vive de serviços, como São Paulo.

Então, não faz jus indeferir e aumentar recursos para obras e somente para frentes de trabalho na Secretaria de Emprego e Renda. É preciso uma estratégia de desenvolvimento. Aqui a gente precisa de uma estratégia de desenvolvimento para o setor da Cultura. Para isso, nós temos a lei 343, de emergência cultural, que pode ser uma ferramenta de discussão para esse plano de desenvolvimento da Cultura pós-pandemia.

Eu tenho que agradecer aos Vereadores que fizeram 26 emendas na LDO para a Cultura. Então, o próprio Sr. Donato fez emenda para implementação do Plano Municipal de Cultura e para o plano de Livro, Leitura e Literatura, mas também tivemos outros, nas políticas estruturantes e para equipamentos, na integração da Cultura com a Educação.

Então, agradeço a todos os doze Vereadores que fizeram já essas emendas. Na minha observação, são poucas, frente às 870 emendas que houve na LDO. Isso ocorre por quê? Eu entendo que também ocorre porque não há um espaço de discussão para a questão da Cultura na Cidade, na relação entre vereança, Executivo e sociedade civil; e esse espaço é o Conselho Municipal de Política Cultural.

Finalizando, agradeço a participação de todos os companheiros e as autoridades.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra a Leila Monségur.

A SRA. LEILA MONSÉGUR - Bom dia a todos. Eu queria agradecer pelas explicações dadas à população e a possibilidade de participar desta audiência. Eu faço parte da SOS Equipe Técnica. Eu apoio as falas dos colegas Celso e Cecília Carvalho, que falaram anteriormente.

Eu queria reiterar inclusive o pedido de audiência específico para a Cultura. O auxílio emergencial, que está contemplado no inciso III, tem sido importante, porém ele chega mais como redução de danos do que como um auxílio, visto que a gente está, desde março, sem trabalhar e está começando a cair hoje, 18 de novembro.

Eu gostaria de fazer uma pergunta inclusive: "Por que ainda não há rubrica para o fundo municipal de Cultura, já que esse fundo foi previsto em lei, é previsto em lei e já foi sancionado em 2015?"

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Leila. Próximo inscrito, Sr. Marcos Jesus dos Santos. (Pausa) Próximo, Sr. Jonas Teodoro da Rocha. (Pausa)

Próximo, Sr. Fábio Elias.

O SR. FÁBIO ELIAS - Bom dia a todos. Eu estou representando milhares de candidatos regularmente aprovados nos concursos... (Falha na transmissão.) ...de políticas públicas de gestão governamental. Há uma lista de planejamento e desenvolvimento organizacional, assistente de gestão de políticas públicas e carreiras de engenharia, arquitetura e geologia.

Grosso modo, para a gente se localizar, essas carreiras estão focadas na gestão operacional e na gestão governamental. Então, elas fazem com que o recurso público seja bem aplicado, para melhor prestação de serviços públicos.

Eu poderia me alongar aqui, dizendo vários números a respeito de preterições

dentro da Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio de nomeações de comissionados e de terceiros, que estão se ocupando das atribuições dessas carreiras. Isso é notório, por meio dos relatórios do Tribunal de Contas do município, que já se debruçou por dois anos consecutivos, apresentando a preterição de candidatos regularmente aprovados, utilizando-se de comissionados.

O próprio Ministério Público já instaurou vários inquéritos civis. Alguns deles já se transformaram em ação civil pública, no sentido de investigar e de promover denúncias ao Judiciário, no que tange a essas preterições.

No caso dessas carreiras específicas, nós nos debruçamos em vários casos, como, por exemplo, dentro da própria Controladoria Geral do município de São Paulo. A gente vê diversos comissionados exercendo atribuições, inclusive de auditor, de APPGG, de AGPP e de APDO, em detrimento de candidatos que estão aguardando nomeação há mais de quatro anos.

É verdade que o Sr. Secretário da Fazenda explicou muito bem que, neste ano de 2020, foram suspensas as nomeações de candidatos regularmente aprovados. E mesmo as vacâncias relativas às carreiras estão sendo providas. No entanto, a nomeação de comissionados e de terceirização de mão de obra ocorre de vento em popa. Tudo isso está comprovado dentro dos inquéritos civis, dentro do relatório do Tribunal de Contas do Município e dentro de mais de três mil páginas que os candidatos levantaram dentro de dossiês que foram apresentados para o Ministério Público, além das ações *inter pares*.

As desculpas são as mais esdrúxulas possíveis. Eu vou me focar especificamente nas desculpas alegadas pela JOF este ano. A primeira delas é a insuficiência orçamentária. Como o Sr. Secretário da Fazenda muito bem explicou, isso não se sustenta. A previsão financeira orçamentária é bastante auspiciosa, como S.Exa. próprio demonstrou.

A outra, no mínimo, inconstitucional, é a questão da iminente aprovação administrativa, que gera uma insegurança jurídica para a Prefeitura na gestão de pessoal. Eu não vou nem entrar no mérito da inconstitucionalidade de um ato administrativo. Incluíram um

requisito adicional que não existe nem na Constituição e nem mesmo na lei, para nomeação de candidatos.

Tudo isso que a Prefeitura vem fazendo com os candidatos, especificamente dessas carreiras, mas há outras tantas que estão na mesma condição, está ferindo, entre vários outros princípios, dois principais, o do interesse público e o da dignidade da pessoa humana. O interesse público porque, na verdade, estão colocando comissionado ou terceiro para exercer a atribuição de um efetivo, sendo que o atendimento final está sendo feito por uma pessoa que tem um vínculo de confiança com quem o nomeou. Ele não tem impessoalidade nenhuma. E dignidade da pessoa humana é fato. Há milhares de pessoas que fizeram a opção para prestar um serviço à comunidade, que estão sendo preteridas. Detalhe: Essas carreiras todas vão ter o seu prazo de validade vencido logo após o fim da pandemia.

Venho aqui hoje pedir obsequiosamente e humildemente que esta Casa Legislativa, com poder de emendar o orçamento, preveja fixações de despesas na peça orçamentária, para nomeação desses candidatos, porque, pelo quarto ano consecutivo, o Executivo vem sistematicamente não propondo fixação de despesa para nomeação desses candidatos. É pelo quarto ano consecutivo.

O outro apelo que eu faço, já que o Sr. Secretário de Fazenda está presente, é que a Prefeitura se digne a fazer um cronograma de nomeações, assim que finde a pandemia. Afinal, a palavra do próprio Secretário foi o seguinte: "Nós não estamos nomeando em função da pandemia". OK. Então, por favor, que o Executivo seja mais claro e objetivo. Afinal de contas, ele não vem nos atendendo inclusive aos nossos apelos, para criar um cronograma de nomeação no próximo ano de 2021. São essas as minhas palavras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – A próxima inscrita é a Sra. Sophia Castellano.

A SRA. SOPHIA CASTELLANO - Bom dia a todos os presentes. Eu sou produtora cultural e atual conselheira do plano municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca. O

motivo da minha presença e fala aqui, nesta reunião tão importante, é justamente, como conselheira do plano e membro da frente de festas literárias do município de São Paulo, indicar a necessidade de considerar, no orçamento do ano que vem, uma quantia a ser inserida na rubrica orçamentária do plano, como a companheira Júlia já bem falou aqui, que faz parte da Secretaria Municipal de Cultura; e atualmente essa rubrica encontra-se vazia. Ela existe, mas não tem verba alguma dentro dela.

O plano, como a Sra. Julia já colocou, foi aprovado em 2015 e, em 2020, teve o seu primeiro conselho empossado e ativo, esse conselho do qual eu faço parte junto com outros companheiros e companheiras. Nesse sentido, muitas questões chegam a nós referente aos desdobramentos do plano e um deles é o que eu venho falar aqui sobre as peças literárias.

São Paulo é a cidade do País com mais festas e feiras literárias acontecendo anualmente e infelizmente nós não temos nem o edital ou aporte oficial da verba pública destinada para tais eventos no Município. A rubrica orçamentária do plano já existe, porém, como eu disse, ela está sem verba. A verba do orçamento do plano proposta será para garantir e fortalecer as iniciativas já existentes contempladas pelo mesmo, como por exemplo, as festas literárias que se veem atualmente à sorte dos apoios dos mais variados, o que é uma questão muito complexa e o que a gente tem de pensar aqui. A gente precisa de um orçamento para festas literárias dentro do plano.

As festas literárias movimentam a economia criativa em todos os pontos da Cidade fortalecendo a leitura, formação de leitores, os artistas, as coletividades culturais da região e os equipamentos públicos, como as bibliotecas, as escolas, as casas de cultura e etc. Elas são uma importante iniciativa da economia criativa local e devem ter a sua consideração na hora de se pensar o orçamento para o setor do livro.

Neste sentido, o levantamento inicial sobre as festas literárias foi feito e apresentado dentro do Conselho. Esse levantamento ainda não está completo, mas ele faz um apontamento de orçamento individual de algumas festas literárias necessitam e o que elas movimentam. Os valores são muito variados, vão de 30 mil a meio milhão para cada festa.

Nesse sentido, entendemos que o orçamento geral jamais vai dar conta de todas as festas e feiras como um todo, mas ele pode e deve servir como apoio as mesmas por meio do plano que foi aprovado.

O valor inicial pensado para essa rubrica dentro da questão das festas literárias especificamente a gente pensou no valor de 500 mil a serem distribuídos por meio de edital e aprovação de projetos, estabelecendo limites de apoio financeiro para cada festa literária no edital. É importante ressaltar a importância do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas para a cidade de São Paulo na formação de leitores, no fortalecimento do livro, leitura e literatura daqui da região, inclusive São Paulo que se propõe a ser a capital da leitura, da literatura, é importante a gente fazer e endossar essa questão da verba dentro da rubrica orçamentária já existente para o Plano. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sophia.

A Vereadora Soninha se inscreveu e queria passar a palavra a ela.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada, Presidente.

Como outros aqui, cumprimentá-lo pela eleição. Eu e várias pessoas próximas a mim estávamos bem preocupadas com a possibilidade de V.Exa. não se reeleger, um mandato superqualificado, ponderado e fico muito feliz que V.Exa. continue.

Quero cumprimentar os participantes desta audiência pública contribuições qualificadas, com praticamente nenhum adjetivo ofensivo. Isso enriquece muito a qualidade do debate.

Quero cumprimentar também as pessoas que se manifestaram em defesa das bibliotecas, das bibliotecas comunitárias. Normalmente sinto falta da presença mais intensa de vocês e fico feliz que tenham vindo e já convido para a reunião da Subcomissão de Cultura, ligada à esta Comissão de Finanças, e as todas as demais pessoas presentes, naturalmente, na próxima quarta-feira, às 10h.

Tenho algumas perguntas ao Secretário. Desculpa, Secretário, se o senhor mencionou na sua apresentação, mas às vezes me distraio por algum motivo. Encargos gerais

do Município tem um acréscimo de 20% no orçamento deste ano. De nove, no ano passado, para 11 milhões agora. Queria saber o que está incluindo nisso que justifique esse aumento.

Outra coisa, o senhor fez menção ao fato de que a função Assistência Social – teve um aumento, felizmente, em relação ao orçamento deste ano que estamos -, mas só para saber se o senhor tem, claro que isso está disponível no orçamento, mas é que eu não estou com todas as planilhas aqui, mas de que outros órgãos públicos vêm esses recursos da função Assistência Social? Porque a gente tem o orçamento da Secretaria, o orçamento do Fundo de Assistência Social e eu acho que o Fundo Municipal de Desestatização também tem a função Assistência Social previsto. Só para saber se o senhor tem a relação dos órgãos públicos que têm recursos previstos para a função Assistência Social.

Outra coisa é que a Amlurb tem a sua extinção prevista com a criação de uma nova agência reguladora, mas a Amlurb continua com o orçamento praticamente inalterado. Entendo que isso seja o fato de que os contratos do lixo, da limpeza urbana estão com a Amlurb, mas saber se não existe a perspectiva de se fazer essa migração daquilo que é da Amlurb para a nova agência que está em processo de criação.

Dizer que a minha camiseta do meio ambiente, eu morro de dor de cotovelo da cultura, da mobilização que a cultura vem fazendo esses anos todos, dessa presença constante e, como não tem acontecido isso com os representantes dessa área de meio ambiente, então, quero, em nome deles, pleitear o aumento de recursos para meio ambiente e, claro, que aumentar recurso de alguém significa identificar de onde a gente vai retirar esse recurso, mas me chama atenção o fato de que as despesas previstas para o Fundurb tem uma queda importante, não sei se é porque já foram feitos empenhos significativos, não sei, mas tem uma queda do recurso do Fundurb e algumas intervenções bancadas pelo Fundurb tem impacto ambiental significativo: intervenções ligadas a área de mobilidade, de moradia, infraestrutura de um modo geral. E a mesma coisa em relação FMSAI, o Fundo de Saneamento, que tem impacto muito grande. Todos os investimentos têm impacto muito grande em questões ambientais que tem uma pequena queda. Pequena, mas gostaria que as

despesas bancadas pelo FMSAI aumentassem, sequer fossem mantidas. Então, gostaria que o Secretário se pronunciasse sobre isso.

Para concluir, tem um concurso cuja validade expirou bem no comecinho da pandemia, durante já a pandemia, já quarentena, e foi quando expirou, logo nas primeiras semanas. Foi 31 de março. É o concurso para geólogos. Tinham sete geólogos aguardando nomeação. A lei que prorrogou o prazo de vigência dos concursos que terminassem durante a pandemia foi aprovada depois disso, mas é claro que a Secretaria da Fazenda vai responder sobre isso. Vou me dirigir à Secretaria de Governo, Secretaria de Justiça, mas eu entendo que se os concursos que venceram durante a quarentena, o estado de calamidade, que isso se aplicasse também a esse concurso para geólogos também por causa de questões ambientais, de áreas de risco, de enchentes, assoreamento, erosão. São problemas graves da cidade de São Paulo e esses sete profissionais de altíssima qualidade, aprovados no concurso, poderiam ser nomeados se fosse consolidada essa compreensão de que todos os concursos que expiraram durante a quarentena fossem considerados ainda válidos.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Soninha. Quero agradecer as suas palavras e lamentar muito a sua ausência no próximo mandato. O debate público da Cidade vai perder bastante, mas eu tenho certeza de que você vai continuar no debate público e vai contribuir ainda bastante com a nossa Cidade, com o nosso Estado, com o nosso País.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Vamos ao próximo inscrito. Sra. Lilian Santiago. (Pausa) Próxima, Sra. Bia Sankofa.

O SR. MÁRIO SÉRGIO HORTA – Sr. Presidente, só para V.Exa. anunciar a presença do Vereador Atílio e da Vereadora Adriana.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Anuncio a presença da Vereadora Adriana Ramalho e do Vereador Atílio Francisco. Se. V.Exas. quiserem fazer uso da palavra, é só nos avisar.

Sra. Letticia de Paula Diez Rey. (Pausa) Sra. Suzi Soares. (Pausa) Sr. Rafael Alexandrino.

O SR. RAFAEL ALEXANDRINO DA SILVA – Sou Rafael e represento a Comissão de Arquitetos e Engenheiros aprovados no último concurso.

Vou ler uma cartinha que fizemos para falar sobre as nossas aflições. Agradeço o espaço.

“Para a nossa Comissão é um enorme prazer e orgulho poder dialogar neste espaço em busca de melhorias para a cidade de São Paulo. Acreditamos que a Administração Pública da Cidade realizou um estudo prévio e concluiu que há verba para a contratação de 118 profissionais sobretudo para atender as vacâncias decorrentes de aposentadorias. A partir desses estudos, em 2018, foi autorizado o concurso que foi homologado em 2019. Depois de homologado, várias secretarias foram pedindo por esses profissionais até o presente momento demonstrando orçamento e grande necessidade, pois é uma vacância grande. Houve enorme redução do quadro e muitos profissionais que estão podem ou logo poderão se aposentar.

Como exemplo mencionaremos a Secretaria Municipal das Subprefeituras que, em maio de 2020, realizou um pedido de autorização para a nomeação de 138 servidores entre arquitetos e engenheiros visando reduzir o déficit de funcionários nas subprefeituras.

Segundo esta secretaria, ‘a quantidade de servidores atuais não é suficiente para o atendimento das demandas da cidade de São Paulo e, nos últimos anos, não houve reposição das vacâncias. Nos últimos quatro anos, houve a aposentadoria de 104 servidores de carreira de engenharia. De acordo com a pasta, a escassez de profissionais técnicos qualificados tem promovido a morosidade na análise e conclusão dos procedimentos administrativos de competência dessas unidades. Tais profissionais são essenciais ao desenvolvimento das diversas regiões da Cidade, como a solução dos problemas e demandas da população’.

O ano de 2021 será marcado por muito trabalho e demandará um grupo consistente de técnicos capazes de enfrentar os desafios de planejamento e gestão de uma cidade com o porte de São Paulo. Ademais, direcionamos essa fala aos nobres Vereadores e Vereadores

que trabalham incansavelmente em defesa de todos os paulistanos, sobretudo pelos moradores mais vulneráveis.

O mesmo sentimento que move este Parlamento nos motiva a unir forças e trabalhar firme pelo crescimento de São Paulo. Portanto, rogamos por um esforço no intuito de atender ao pedido das diversas secretarias para a nomeação de engenheiros, arquitetos e agrônomos de modo a completar o importante quadro de profissionais, o que certamente trará enorme ganho ao atendimento dos munícipes e ao desenvolvimento de nossa Cidade.”

Eu acabei de ler a cartinha. Quero agradecer este espaço, quero agradecer aos Vereadores. Quero agradecer às pessoas que estão nos ajudando a tentar entrar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Valeu, Rafael, obrigado.

Próxima inscrita, Angélica Muller. (Pausa). Nielson Fortunato. (Pausa) Próxima inscrita, Mayara Oliveira. (Pausa) Próxima, Lilian Santiago. (Pausa) Próxima, Giovanna Kelly. (Pausa) Próximo, Lucas Souza.

O SR. LUCAS SOUZA DA SILVA - Bom dia. Esta é a minha primeira audiência pública, nunca participei. Meu pedido é totalmente diferente, não sei se faz sentido. Sou morador da Cidade Tiradentes. Tem mais de 500 melhorias aqui no bairro, seja tapa-buraco, zeladoria, sempre cobrando melhorias. Tenho três pedidos na PLOA 2021: o novo posto do Jardim Vitória, o qual é muito pequeno e não tem especialidade; regularização fundiária, já há briga há mais de 20 anos, que é saneamento básico, asfalto, iluminação em LED; e urbanização da Rua das Flores. O pessoal aqui ontem chegou um caminhão de fresa que a população comprou, porque o Poder Público aqui não se faz presente.

Quero cobrar melhorias aqui para o bairro Jardim Vitória, que é o lugar mais esquecido da Cidade Tiradentes. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Faz todo o sentido, Lucas. Jardim Vitória, está anotado aqui: UBS, regularização fundiária e manutenção.

O SR. LUCAS SOUZA - E urbanização da Rua das Flores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Rua das Flores. Obrigado, Lucas.

Próxima inscrita é Marileide Sousa Silva Luna. (Pausa) Próximo inscrito, Ricardo Ferreira.

O SR. RICARDO FERREIRA GUERRA – Bom dia.

Sou técnico de iluminação e técnico em trabalho em altura, eventos de todas as espécies da Cultura. Venho aqui engrossar o coro dos colegas do SOS Técnica para ter um pouco mais de atenção com essa classe dos invisíveis e solicitar para ter um pouco de atenção também nos técnicos que fazem trabalho em altura, pois eles trabalham tanto no teatro, cinemas, televisão, espetáculos musicais, inclusive em eventos corporativos, só que não existe uma especificação de classe na Cultura para este tipo de atividade e nós participamos de todas elas.

Era esse o meu recado. Obrigado pelo espaço e bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Ricardo.

Próximo inscrito, Sr. Giovane Celico. (Pausa) Próximo, Sr. Wagner Nogueira da Silva.

O SR. WAGNER NOGUEIRA DA SILVA - Boa tarde a todos. É um prazer continuar nessa luta. Ainda bem que você continua na Câmara conosco. Vamos ter mais caras pretas além de você defendendo as nossas mazelas na Câmara. Cumprimento também todos os Vereadores e todos que estão presentes.

Venho falar em nome das comunidades de samba de São Paulo em relação a uma omissão que vem acontecendo por parte do Poder Público há muito tempo. O samba, como um todo, desde que o samba é samba, aqui em São Paulo a gente teve um tratamento de completo descaso da Prefeitura. Não falo aqui do tratamento relacionado às escolas de samba, porque estas sempre tiveram, sim, o seu valor, sempre tiveram uma relevância gigantesca para a cidade de São Paulo. Mas temos um trabalho de base de comunidades de samba, que já teve uma lei que foi desenvolvida no ano de 2018. Falaram que nós deveríamos nos organizar. A Lei é a de nº 16.874. Nós nos organizamos. Temos um movimento paulistano de comunidade de samba. Batalhamos por um orçamento no ano de 2019 e não conseguimos. Mas

conseguimos, em uma construção com a Secretaria de Cultura, fazer uma apresentação no ano de 2019. No ano de 2020, nós batalhamos na Câmara um orçamento para o fomento para as comunidades de samba. Isso veio, foi colocado na lei, mas a pandemia acabou mudando tudo. Mas, infelizmente, com o samba, novamente nós tivemos um tropeço maior que todo mundo, porque enquanto foram tirados alguns pontos de rubricas de alguns movimentos, o nosso foi simplesmente zerado, foi simplesmente ignorado, e novamente olhando para o Orçamento, nós não vemos de novo o incentivo ao fomento de comunidades de samba e o cumprimento da legislação que está aí. É um trabalho que envolve diretamente mais de 400 pessoas, com atendimento e trabalhos sociais nas quatro zonas de São Paulo e que é feito à mercê do Poder Público, com raça, com gana, que teve toda a distribuição de cestas básicas e de outras coisas neste período de pandemia. Mas ficamos nessa: enxugando gelo, porque não há um reconhecimento para que isso seja inserido nem dentro do Turismo de São Paulo, que poderia ser algo extremamente interessante para a Cidade sem que tivesse um custo de forma direta - o aproveitamento, de fato, de um trabalho que já é realizado -, e nem para o fomento, para o fortalecimento desses trabalhos sociais que, na verdade, suprem uma ausência do Poder Público nas periferias de São Paulo.

Então, eu peço para que isso seja observado com um pouco mais de carinho, para que volte para essa lei, primeiro pelo desrespeito que houve por quem abriu. Isso foi retirado do Orçamento sem nenhum tipo de diálogo com ninguém que faz parte desse movimento. E, agora, novamente, não foi considerado. Então, eu peço encarecidamente para que seja observada a legislação, para que seja observado esse trabalho que já é feito e para que isso volte para o radar dos membros tanto do Poder Legislativo quanto do Poder Executivo, para que possamos continuar trabalhando, porque, senão, vamos matar, a médio prazo, um trabalho gigantesco que vem sendo realizado na periferia, em razão, pura e simplesmente, da ausência do Poder Público.

Nós agradecemos os pequenos avanços que tivemos, no aspecto legislativo, mas já está na hora de transformarmos isso em uma prática e prevermos uma verba para o fomento

para as comunidades de samba para o ano que vem. Como eu digo, não é só entretenimento, é um trabalho social realizado nas periferias de São Paulo.

Muito obrigado pela palavra e peço para que os encaminhamentos, em relação a isso, sejam realizados com urgência, por favor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado.

Próximo inscrito é o Sr. Ricardo Gomes. (Pausa)

Próximo inscrito...

(NÃO IDENTIFICADA) - Presidente, tem uma inscrita, que eu acho que agora conseguirá falar, que é a Sra. Lilian Santiago.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Pois não. Então, com a palavra a Sra. Lilian Santiago. (Pausa) Lilian? (Pausa)

Eu vou seguir a inscrição e, assim que ela conseguir, eu retorno a palavra a ela.

O próximo inscrito é o Sr. Sandro Luiz Coelho. Sandro, com a palavra.

O SR. SANDRO LUIZ COELHO – Bom dia, Vereadores e Vereadoras. Parabenizo a todos que foram reeleitos; demais Secretários que estão presentes, eu sou o Sandro Luís Coelho. Eu sou Bibliotecário concursado e atuo como Coordenador da Biblioteca Brito Broca, aqui na região de Pirituba.

Na verdade, a minha fala vem ao encontro do que Sofia e Júlia já trouxeram em relação ao PMLLB, que é o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, principalmente em relação às festas literárias. Enquanto Coordenador e Servidor Público da Cultura, do livro, acredito muito nessa potência que é a leitura, principalmente nas nossas regiões periféricas. Lembrando de que as bibliotecas, dentro da Secretaria de Cultura, ocupam mais que 50% dos equipamentos desta pasta. Então, de alguma maneira, estamos pulverizados nas periferias, com mais de 53 bibliotecas espalhadas na cidade de São Paulo. Então, as festas literárias, de alguma maneira, colaboram muito com a democratização do acesso à cultura e são um importante evento, como foi muito bem colocado aqui pela Sofia,

que é membro Conselheira do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas. E que, de alguma maneira, ter uma rubrica especial para as festas literárias na cidade de São Paulo acaba contribuindo, e muito.

Então, eu me sinto bem contemplado pela fala tanto da Sofia como da Júlia, mas enquanto Poder Público aqui eu quero reforçar a importância da Secretaria de Cultura ter uma rubrica especial para as nossas festas literárias, que estão acontecendo, inclusive algumas que já vão acontecer agora no começo de dezembro, de maneira remota devido à pandemia.

Mas, enfim, eu só venho aqui corroborar com essa fala da importância de ter uma verba especial preparada só para as nossas festas literárias e que têm grande articulação, não são só com as bibliotecas, já que o Plano prevê também a Secretaria da Educação. Então, é importante que a própria pasta da Educação também tenha uma verba preparada e separada para as nossas festas literárias em conjunto com a Secretaria de Cultura.

Então, muito agradecido pela oportunidade e um bom dia a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Muito obrigado, Sandro.

A Lilian Santiago conseguiu retornar, fazer contato, ligar o som? (Pausa) Lilian?

(Pausa)

Então, eu vou continuar aqui. Sérgio Reis Alves. (Pausa) Henrique Macedo.

(Pausa) José Carlos Cardoso. (Pausa)

O SR. SÉRGIO REIS ALVES – Presidente Donato, aqui é o Sérgio.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Sérgio Reis Alves com a palavra.

O SR. SÉRGIO REIS ALVES – Bom dia a todos.

Meu nome é Sérgio. Eu sou Conselheiro suplente. Gostaria de reforçar a fala do José Renato, da Júlia, da Sofia e agora, recentemente, do Sandro. Gostaria de pedir, de reforçar os pedidos já feitos, da importância da inclusão de um orçamento efetivo do Plano Municipal. É um plano aprovado, com grande relevância para a Cidade e que pode cumprir, nas mais variadas áreas, um serviço extremamente importante. Então, eu queria reforçar esse pedido acerca da importância de ter esse valor incluído no Orçamento.

Também queria reforçar a fala do José Renato sobre a importância de conseguirmos chegar a atingir, que possamos atingir o orçamento de 3% para a Cultura, e também uma discussão individualizada para a área da Cultura, a fim que todos os participantes desta área possam se expressar com mais detalhes e trazer as suas necessidades.

Queria agradecer o espaço e reforçar a importância de cada cidadão estar, neste momento, participando. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sérgio.

Então, vamos à Lilian Santiago, mais uma vez. (Pausa) Senão a Silviane Ticher, que também foi chamada e teve alguma dificuldade, mas que também está presente.

Silviane com a palavra, por três minutos.

A SRA. SILVIANE TICHER – Meu nome é Silviane. Eu sou Técnica de Iluminação há um bom tempo aqui, na cidade de São Paulo. Também faço parte do movimento SSTécnica e queria reforçar que a nossa categoria está parada há tanto tempo, há oito meses. E os técnicos que são *freelancers* estão passando por uma dificuldade muito grande. Quando não temos nenhum vínculo empregatício com um teatro, nem com nenhuma empresa, fica muito difícil para nós essa sobrevivência no meio da pandemia. E mesmo com o retorno, vai ter muito pouco espetáculo para muito técnico. Então, é importante agora pensarmos nas políticas públicas para essa categoria. Colocar os técnicos nos editais; dar preferência a espetáculos que tenham, em seu edital, o técnico. Mas também há de se tomar o cuidado de que o técnico seja certificado, porque é muito fácil se colocar outra pessoa, qualquer pessoa como técnica. Então, o técnico tem de ter uma certificação que comprove que ele seja técnico realmente.

Agradeço muito por ter essa fala aqui. Bom, é mais ou menos isso.

Muito obrigado. Olhem por nós, técnicos, por favor, neste momento em que estamos precisando entrar com trabalho; nas políticas públicas, a fim de que possamos participar também. Somos uma categoria invisível hoje. As pessoas não atentam muito que existe uma classe, existem essas pessoas aqui em São Paulo, existem esses trabalhadores e que estamos muito desassistidos neste momento. Apesar de que tivemos o nosso Módulo III,

do Gésio Amadeu, e que foi ótimo. Está todo mundo muito feliz por haver essa categoria somente para Técnico, mas vamos pensar em colocar gente nos outros editais.

É isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Silviane.

Então, vamos lá. Inscrito 45º, que é o Henrique Macedo Justiniano. (Pausa)

Próximo, José Carlos Cardoso. (Pausa)

(NÃO IDENTIFICADO) - Donato, a Marileide, número 38, está presente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Então, Marileide com a palavra. (Pausa)

Marileide. Bom, vou chamar o próximo até ela poder se conectar.

A SRA. MARILEIDE SOUSA SILVA LUNA – Bom dia. Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Marileide, você tem três minutos.

A SRA. MARILEIDE SOUSA SILVA LUNA – Então, diante de tantas falas que já foram apresentadas, eu faço parte do movimento de Saúde e, agora, integro a Brigada pela Vida, e foi feito um levantamento referente às questões da pandemia. E como eu pude observar, não somente com relação ao pessoal da Cultura, essa questão da renda é uma coisa que será muito proeminente o ano que vem. Então, eu gostaria de ratificar a fala do Vereador Eduardo Suplicy, na reinserção da proposta do Fernando Haddad, do plano permanente da Renda Básica. Porque, nesse sentido, estaria contemplando as demais profissões, as demais categorias, porque é uma coisa que, no ano que vem, vai ser terrível. Já foi comprovado por pesquisas..., foi feita uma pesquisa pela Universidade Federal do ABC e a Unifesp também ratificou a pesquisa.

Então, eu gostaria de ratificar essa proposta do Eduardo Suplicy, de estar reinserindo a proposta da Renda Básica permanente. Esta é a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Marileide.

Próximo inscrito, Uil Ribeiro.

O SR. UIL RIBEIRO – Bom dia a todas e a todos. Parabéns, Donato, pela reeleição. Parabéns, Vereador Suplicy, também, pela magnífica reeleição em primeiro lugar, e a todos os demais que também conseguiram.

Eu sou o Uil Ribeiro. Faço parte dos movimentos culturais da cidade de São Paulo, bem como participo ativamente do Fórum do *Reggae*, Coletivos...

- Falha na transmissão. Transcrição prejudicada.

O SR. UIL RIBEIRO - ... e tenho participado e aprendido bastante também dentro da Subcomissão de Cultura, que trabalha dentro da Comissão de Finanças desta Casa.

Corroboro com todas as ideias já colocadas aqui, principalmente pelos meus companheiros de Cultura Zé Renato, Rodrigo Andrade, Gustavo Xavier, Rapper Pirata, Isabel, Osmar. Parabenizo a todos os amigos Técnicos do SOS, que têm feito um trabalho magnífico em socorro dessa categoria que está saindo da invisibilidade. E aproveito também para chamar aqui a atenção para que se tenha uma audiência especial para a LOA no tema da Cultura, assim como uma relatoria para a Cultura. Chamo a atenção também porque o Fundo de Cultura não consta nesta peça de Orçamento.

E, seguindo assim, falando de Fundo de Cultura, acho que o PL 343, que já passou em primeira votação na Casa, tem tudo a ver com o Fundo de Cultura. Então, vamos retomar isso, ainda neste ano, para passarmos para a segunda votação. Em segunda votação, agora também puxo a sardinha para o *reggae*, no PL 478/19, que consolida uma rubrica de atividades culturais na linguagem que já vem sendo executada há quatro anos com editais. Então, peço também uma atenção de toda a Casa para essa segunda votação.

Então, encerro assim a minha fala. Muito obrigado a todos. Aperte 50.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Uil.

Vou passar a fala para o próximo inscrito e, em seguida, eu vou suspender. (Pausa) Eu vou ter de suspender, mas é rápido, só para abrir a sessão ordinária da Comissão de Finanças, suspender e voltar para a audiência pública. É só uma questão regimental. Mas a Inti Queiroz com a palavra.

A SRA. INTI ANNY QUEIROZ – Bom dia a todos. Vocês me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Sim.

A SRA. INTI ANNY QUEIROZ – Ótimo. Primeiro comemorar a reeleição do Vereador Donato, superimportante nas lutas da Cultura conosco na Subcomissão, e cumprimentar a todos os companheiros e companheiras que anualmente estão na luta para conseguir mais recursos para os programas sociais da Cidade. Nós, da Cultura, não reivindicamos apenas pela Cultura.

Eu sou Inti Queiroz. Sou gestora, professora universitária. Estive aí como candidata a Vereadora este ano e continuarei na minha luta aqui junto com os movimentos de Cultura e Educação.

Reitero a fala de diversos companheiros de lutas em relação a alguns pontos. A questão da necessidade de uma audiência exclusiva da Cultura e de uma relatoria exclusiva para a Cultura. Até porque como foi visto aqui nesta audiência, nós da Cultura somos militantes sérios dessa política pública da Cidade, somos técnicos e exigimos um atendimento das reivindicações que viemos fazendo ao longo desses quatro anos dessa Gestão, que foi um total descaso com a Cultura na cidade de São Paulo.

Também acho que é muito importante salientar o que já foi dito, mas novamente reitero a questão do retorno da rubrica do Fundo Municipal de Cultura aprovado em lei, em 2015, que até agora não foi regulamentado. Bem como a aprovação do projeto de lei do Conselho Municipal de Políticas Culturais e a reintegração da rubrica relativa a isso. A ampliação do orçamento a 3%, com distribuição dos recursos pelas periferias.

E como uma liderança do Movimento SP Cidade da Música chamo atenção para a ampliação do orçamento do Edital de Fomento à Música para o valor mínimo de 5 milhões de reais, bem como a aprovação do projeto de lei 376/2016, que está sendo enrolado pela Prefeitura. Nós já estamos conversando com o Executivo, tanto com a Secretaria de Cultura, quanto com o Prefeito. E aguardamos a aprovação final e a sanção desse PL ainda este ano.

É isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Inti. Suspendo a presente audiência pública por alguns instantes para a abertura da reunião ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento.

Está suspensa a audiência.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Antonio Donato.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Voltemos à audiência pública. Tem a palavra a Sra. Lilian Santiago.

A SRA. LILIAN SANTIAGO – Bom dia, meu nome é Lilian, sou moradora do Distrito da Cidade Ademar. Hoje sou Coordenadora de um projeto que deu muito certo, de 2014 a 2016, chama-se projeto Funk SP, foi executado com êxito parando os famosos pancadões. Era executado pela Secretaria de Cultura, pela Secretaria de Igualdade Racial, pela Divisão de Projetos Especiais no Anhembi.

Hoje, nós moradores da Cidade Ademar solicitamos a construção da Casa de Cultura, que já está totalmente aprovada por meio de emendas e tal...

- Falha na transmissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Problemas na sua conexão, Lilian.

Vamos seguir as inscrições. Sr. Igor Orsolon. Próximo inscrito, Washington Luís Pereira de Souza. Próximo inscrito, Marilene Araújo. Próximo inscrito, Naná Roots.

A SRA. NANÁ ROOTS – Bom dia à Mesa, bom dia a todos. Parabéns aos eleitos e reeleitos para esta Casa. E o primeiro parabéns a toda coletividade do Movimento Cultural das Periferias, também ao Movimento Municipal de Cultura, do Fórum de Cultura, sou Naná Roots do projeto ReggArte, trabalho com Cultura Inclusiva.

Primeiro, quero dizer que todas as falas me contemplam, mas com uma exceção. Volto a dizer, não é uma demanda minha, é uma demanda de várias linguagens, de várias lutas, várias vertentes. Então vim pedir um aumento de pelo menos 3% para a Cultura, para que possa alcançar todos.

Estamos aqui numa região de alta vulnerabilidade social, onde o SUAS não chegou

com suas cestas básicas, mas que nós juntamente com a coletividade conseguimos e estamos socorrendo em média 30 famílias. Nós atendemos 73 famílias, mais 11 famílias de pessoas com deficiência.

Pedimos o auxílio da Lei Aldir Blanc, que veio com muito atraso. Estamos parados há exatos nove meses. A lei vem para nos ajudar com três meses e aí perguntamos o que vamos fazer com os outros meses que já estão também em débito. Temos uma Residência Dia, em que trabalhamos com o nosso entorno e agora já temos de pensar em outro espaço e não conseguimos manter. Então uma lei emergencial que vem com muito atraso e que não cobre as necessidades de coletivos como o nosso.

Também conseguimos passar em fomento, nosso nome saiu em *Diário Oficial*, em agosto de 2020, ano em que estamos vivendo esse horror, uma pandemia mundial. Estamos agora no mês de novembro e não recebemos ainda esse fomento.

Então, quer dizer, nem conseguimos resolver a questão de dívidas, porque mesmo fomentados o recurso não chega. E aí minha pergunta, é uma pergunta que fica, se esse recurso já está destinado e se desde agosto esses coletivos já foram anunciados, eu me pergunto por que não liberaram esses recursos. E estão correndo juros de dívidas, então esse recurso está em algum lugar correndo juros também.

Então quero pedir também gentilmente que vocês olhem, falo em nome da Cultura Inclusiva, são muitos artistas com deficiência totalmente desamparados. Então também peço, como os irmãos anteriores, uma rubrica para a Cultura Inclusiva tão necessária.

Muito grata, um bom trabalho a todos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado. Próxima inscrita, Adriana Matos. Próximo inscrito, Thiago Reis.

O SR. THIAGO REIS DE AZEVEDO VASCONCELOS – Olá, bom dia. Queria partir da análise da última proposta, para 2021, da Cultura, a gente consegue identificar que as rubricas estão totalmente defasadas, mas principalmente historicamente, porque elas não refletem a realidade cultural da Cidade.

Então é importante, a gente poderia aqui pegar número por número, igual a Inti acabou de exemplificar a questão da música que precisaria de 5 milhões. E tem questões mais graves em que a rubrica vai contra a própria lei, que é no caso do fomento ao teatro, como lembrou o Rodrigo aqui, por lei estaria em 21 milhões, esse não é nem um cálculo diferente, mas para cumprir a lei não estaria em 15 milhões.

Resumo, todos os setores da Cultura estão vindo aqui e lembrando nesta reunião que a defasagem de todos esses orçamentos precisa ser corrigida. Então talvez o que eu esteja pedindo aqui, não só como representante da Cooperativa, uma entidade que tem 40 anos de luta por políticas públicas, por Cultura estrutural e estruturante, mas o que queríamos é o compromisso, porque rifar a Cultura tem sido uma norma e queremos o compromisso de quem não é conivente com isso. E gostaríamos de ouvir uma fala no sentido de que os 3% é um horizonte que terá espaço de luta aqui nessas reuniões, que a questão da defasagem de todos os programas, que já estão colocados, será corrigida, que a questão do Fundo Municipal de Cultura vai ser olhado, encaminhado e vai voltar a verba, assim como do Conselho.

Então acho que essa conversa aqui é muito mais no sentido de repactuar um compromisso das pessoas, porque sabemos que uma parte das pessoas não está com isso, mas a parte das pessoas que estiver com a Cultura repactuar isso e podermos dar as mãos e falar, essa briga este ano vai ser feita e tem gente de todos os lados para que consigamos arrancar a vitória. Precisamos arrancar a vitória principalmente diante da crise da covid e sabemos que a crise da covid é a ponta de um iceberg para a própria crise do capital, porque a crise sanitária não justifica uma crise em toda a sua ordem, a crise econômica que está sendo apresentada.

Então precisamos compreender isso e precisa sim continuar o auxílio emergencial durante todo o ano que vem, porque se houve um ano de crise num setor, não é porque de repente chegou a vacina que esse setor vai se recuperar de uma hora para a outra. Então precisaríamos discutir para além da vacina a crise econômica que gerou no setor justifica mais um ano de auxílio emergencial, durante todo o ano de 2021. Não por causa de uma vacina,

mas por causa de um soco econômico que deu e as pessoas precisam de um ano para poderem se levantar e recuperar os seus trabalhos.

Agradeço muito o espaço de fala. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Thiago. Próxima inscrita, Lyllian Bragança. Próxima inscrita, Olinda Troyano. Próximo inscrito, Marcos Muniz. Próximo inscrito, 58, Dom Wagnão.

O SR. DOM WAGNÃO – Bom dia a todos, Vereadores Donato, Francine e demais Vereadores presentes, Adriana Ramalho, Atílio, aos camaradas e camaradas dos movimentos culturais, aos meus colegas do Hip Hop, Pirata e Igor, que não está presente, mas está vendo.

E no meio do Hip Hop vimos este ano até agora, 18 de novembro, acontecer a prática que não foi o que combinamos no ano passado. Muitos colegas estão ainda para receber o que fizeram de lives. O mês do Hip Hop acabou se tornando um anuário de alguns que foram escolhidos e outros entregaram e não foram escolhidos.

Queria que o Secretário Hugo Possolo estivesse presente, mas não está. Estamos com pessoas respondendo por ele, mas é importante ele responder também, mas reforçar o que a Inti, o Pirata, Osmar e Zé Renato já reforçaram aqui, o Wil também, que é essa questão dos 3% para a Cultura. Sabemos que precisa também de que pelo menos a metade seja para a periferia, isso já é uma coisa que temos em mente.

Sabemos que foi um ano muito complicado de pandemia, mesmo assim muitas coisas não estão batendo, a matemática na prática não está batendo, principalmente para o Hip Hop. Vamos falar pelo menos do Hip Hop, não está batendo essa matemática, mas sabemos também que é importante que seja criada uma relatoria na questão da Cultura para podermos reforçar essa questão.

A Subcomissão, da qual também faço parte junto com os demais colegas, temos essa prioridade de ver para todos, não só para um grupo específico, a política da Cultura chegar em todos. Tem muita gente que não teve nem a Aldir Blanc, não conseguiu por atraso da comunicação por vários motivos, “n” motivos, pela falta de comunicação da Secretaria de

Cultura e sabemos como foi feito, os representantes ficaram sempre indiretamente à mercê deles.

E é isso, pessoal, vamos dar prioridade para essa questão dessa relatoria, de preferência que seja pelo menos 3% desse orçamento para a Cultura. E para o Hip Hop, que não seja feito da forma que foi este ano, não dá. Vamos respeitar isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Dom Wagnão. Próximo inscrito, Daniel Bobadilla.

O SR. DANIEL ANDRES CORNEJO BOBADILLA – Bom dia, primeiro lugar parabéns aos Vereadores...

- Falha na transmissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Alguém ligou o microfone.

A SRA. SONINHA FRANCINE – É a Lilian testando o microfone, Vereador. A Lilian, que foi interrompida.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Desliga o microfone dela, depois eu a chamo, por favor.

O SR. DANIEL ANDRES CORNEJO BOBADILLA – Se ela quiser pode falar, eu espero, não tem problema. Ela está há mais tempo para falar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Vamos tentar com você então. Agradecer a gentileza do Daniel. Vamos lá Lilian.

A SRA. LILIAN SANTIAGO – Como estava falando, sou Coordenadora do projeto Funk SP, hoje a Cidade... (Falha na transmissão.) ... de equipamento de Cultura, não temos nada de equipamento de Cultura. Se você olhar para um Subdistrito que tem 450 mil habitantes e os projetos sociais que acontecem aqui acontecem na rua, em espaços cedidos... (Falha na transmissão.) ...foi realizado de uma forma muito itinerante, precária, porque não temos onde realizar. Não tem Casa de Cultura, não tem CEU, a Casa de Cultura já foi aprovada, porém não entrou em execução ainda. Temos vários saraus que estão acontecendo em praças, e às

vezes as praças têm péssimas condições.

Então assim, hoje vim aqui cobrar não só pelo projeto Funk SP, mas por todos os projetos que acontecem aqui. Tem o projeto Zunk Lelê, que ensina a molecada da periferia a tocar instrumentos, tem o projeto do Sarau que dá incentivo à molecada à leitura, mas não temos nada fixo aqui, é tudo itinerante. Biblioteca itinerante, Caminhão da Mulher itinerante, verba da Casa de Cultura itinerante. Tudo é de uma forma bem pequena para um espaço que é o tamanho da Cidade Ademar.

Cidade Ademar é um Distrito que engloba a Pedreira e quase Divisa de Diadema. E o Lar Maria e Sininha faz projetos sociais sem incentivo nenhum da Prefeitura, de nada, nem da Secretaria de Cultura, nada, nada, nada e atende pouquíssimas pessoas, por quê? E se tivesse mais incentivo?

Então vim aqui em nome dos meus amigos cobrar que os projetos sociais sejam votados, que os Srs. Vereadores olhem para nós da Cidade Ademar realmente, vejam que as nossas praças estão precisando de mais zelo, nós precisamos de Casa de Cultura, do CEU. Referente aos pancadões, incomoda os moradores? Incomoda. Mas para onde os jovens vão se divertir, curtir uma música, se eles não têm nem dinheiro? Então é uma coisa que está organizada, um projeto que deu certo. O Prefeito Fernando Haddad elogiou o projeto, e ele poderia ter continuado a ser executado, porque melhoraria muito a vida dos moradores da comunidade, porque também traz venda. Há muito morador que compra refrigerante, água, bebida, para vender no dia do evento, e acho que isso deveria ser observado por vocês, os Vereadores que estão aí, os novos, e olhar para a Cidade Ademar e Pedreira, que é um distrito muito grande. Então nós queremos saber e temos também o problema de que fizemos eventos e a Secretaria de Cultura não pagou.

A gente está muito carente de cultura, de saúde também, de lazer, e tudo engloba uma coisa só.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Daniel.

O SR. DANIEL ANDRES CORNEJO BOBADILLA – Bom dia. Parabéns aos Vereadores Donato e Suplicy pela reeleição. É uma pena que a Vereadora Soninha não foi reeleita, porque foi de grande ajuda nesse processo que tivemos na Escola Municipal de Música no começo do ano. Obrigado pela presença de todos, os Secretários também que estão presentes. Eu só queria marcar posição apenas à Escola Municipal de Música, também a Escola Municipal de Dança, que no começo do ano houve uma série de problemas, como os Srs. Vereadores Donato e Soninha acompanharam, fizeram uma audiência específica para conversar sobre isso. Então, a gente gostaria que tivesse um carinho. A Escola de Música e a Escola de Dança continuaram funcionando na pandemia, nós trabalhamos o tempo todo *on-line*. No começo foi uma dificuldade, porque muitas pessoas não estavam familiarizadas, principalmente os idosos, em continuar esse trabalho; mas cumprimos a nossa missão durante todo o ano.

A questão que aconteceu foi que a gente tem uma problemática com os contratos de trabalho nossos e, numa tentativa de regularizar esses contratos, uma possível “celetização”, há necessidade de uma verba adicional para que isso não reflita no sucateamento das escolas. Por isso, que nesse próximo estudo do Orçamento, seja previsto isso, para que a gente não tenha esse problema novamente, pois causou um movimento na comunidade muito grande. Vocês sabem muito bem que houve um abaixo-assinado com mais de cem mil assinaturas defendendo a manutenção da escola no formato que ela tem hoje, então seria apenas para marcar essa posição.

Os professores também estão de acordo com que se implante, de fato, o Plano Municipal de Cultura e que haja o aumento do orçamento da Cultura; e, se possível, chegar a 3%.

Por último, e talvez uma posição mais pessoal, apoiamos o PL 376, que é o do SP Cidade da Música, que está para ser aprovado, falta apenas ser colocado para votação e vocês aprovarem esse projeto. Está desde 2016 aguardando esse processo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Muito obrigado.

O SR. WASHINGTON LUIS PEREIRA DE SOUZA – Donato, é o Washington, do fórum das rádios comunitárias. Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tudo. Eu já te chamei, então vou te dar a palavra.

O SR. WASHINGTON LUIS PEREIRA DE SOUZA – Muito obrigado, é coisa rápida. É que está chovendo muito aqui na zona Leste, eu perdi a conexão, mas consegui voltar para a reunião. Obrigado pela palavra.

Boa tarde a todos. Este ano foi atípico para todos, em função da pandemia, um ano bastante complicado. E nós, das rádios comunitárias, em nome do Fórum Democracia na Comunicação, achamos interessante a necessidade de uma audiência pública só com o setor da cultura, para discutir a questão do orçamento com o Executivo. E por quê? Em muitos casos, é discutido, é combinado, depois acabam acontecendo mudanças e, de repente, acaba não acontecendo o esperado.

Então, como todos falaram, todos estão sofrendo com essa pandemia, e com as rádios comunitárias não é diferente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra a Sra. Milena Tobias.
(Pausa) Tem a palavra o Sr. Flávio Veloso. (Pausa) Tem a palavra o Sr. Djalma Lopes.

O SR. DJALMA LOPES GOES – Bom dia. Sou integrante também do Fórum Hip Hop, também falo pelos movimentos de Cidade Tiradentes, uma área esquecida pela Secretaria de Cultura. Inclusive a morte cultural está dada no distrito, diga-se de passagem, que a Secretaria de Cultura não apoia o projeto do povo da Cidade Tiradentes. Acho que eles têm algum problema contra os artistas daqui.

Quero reiterar a necessidade do PL 343, porque no orçamento da Secretaria de Cultura não há nada previsto de emergencial, e parece que não temos pandemia. É um governo que não pensa nos próximos passos, e os artistas estão à deriva, tendo que fazer

aglomerações, para poder ganhar a vida.

A Prefeitura prevê R\$ 250.000,00 para o Plano Municipal de Cultura. Isso é uma vergonha. Se o Plano Municipal de Cultura que direciona as ações culturais da Cidade, do sistema municipal de cultura, é uma lei, como o Secretário não tem a dimensão do seu papel? Então esse valor de 250 mil reais é uma vergonha.

Outra coisa, o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca não tem orçamento previsto. Eu acho que a Subcomissão de Cultura e os Vereadores deveriam chamar uma audiência pública, convidar o Secretário para explicar e mover uma ação civil pública por descumprimento da lei. É uma lei municipal, e não cumprem as metas prioritárias de curto, médio e longo prazo, já que não há previsão orçamentária para isso.

É importante ter o Conselho Municipal de Cultura na Cidade para discutir as políticas culturais e importante ter esse aumento de 3% para as ações culturais, que geram emprego também, e não só as questões de obras públicas que geram emprego. Acho que o pessoal precisa entender como funcionam as economias atuais, que os serviços da cultura também geram emprego, é a economia criativa.

Também é uma vergonha que, em uma cidade como São Paulo, se odeiam os leitores, porque não tem fomento à mediação de leitura na Cidade, não se forma mediadores de leitura, não tem fomento às bibliotecas comunitárias.

As bibliotecas públicas que não fazem parte da rede de bibliotecas do CEU, dos centros culturais, não recebem recursos profissionais nem nada; também as bibliotecas escolares. Tudo isso precisa ser repensado.

Eu acho que o Secretário de Cultura tem de ser intimado a comparecer à Câmara Municipal para dar explicações. Também solicitar uma audiência do Orçamento com o setor cultural.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Clóvis Ferreira.

(Pausa) Tem a palavra a Sra. Sueli Moretti.

A SRA. SUELI MORETTI – Boa tarde a todas e todas. Sou representante do Movimento Parque Chácara do Jóquei e do Fórum Verde Permanente de Parques, Praças e Áreas Verdes.

Eu gostaria de reafirmar a carta-compromisso do Fórum Verde, assinada por várias candidaturas, para destinar 1%, somente 1%, do Orçamento para a Secretaria do Verde.

O que significa esse 1%? É o mesmo valor que era destinado no início dessa década. Ou seja, ao longo desses anos, vimos um declínio vertiginoso desse percentual para a questão ambiental na cidade de São Paulo, causando graves problemas nas políticas ambientais e fragilizando essas políticas, também um desmonte da Secretaria do Verde.

Quero mandar um grande abraço, felicitar e registrar que o Vereador Donato e o Suplicy assinaram esse compromisso.

Outro assunto, sobre a questão do Parque Chácara do Jóquei. Nossa proposta de continuidade de implantação do parque, que nessa gestão não recebeu nenhum investimento, é a segunda proposta mais votada pela população da região do Butantã. Recebemos um número expressivo de voto popular, mas das nove propostas que apresentamos somente sete foram acatadas pela Secretaria do Verde e Finanças, e não tivemos retorno do porquê as outras não foram consideradas viáveis.

Esperamos continuar esse debate. E estou achando muito legal o pessoal da Cultura estar presente nesta audiência, também fez uma proposta superimportante de ter uma audiência específica. Eu também acho importante ter uma audiência específica com relação à área ambiental.

Contamos com todos os presentes, todos os Vereadores, na luta desse 1% para a Secretaria do Verde, e a continuação da implantação do Parque Chácara do Jóquei. Agradeço, e estaremos acompanhando essa discussão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado. Devolvo a palavra ao Sr. Clóvis Ferreira.

O SR. CLÓVIS RODRIGUES FERREIRA – Boa tarde a todos. Sou morador de Cidade Ademar. Estou no Conselho Participativo de Cidade Ademar e Pedreira e gostaria que o Secretário nos falasse qual motivo não foi considerada a viabilidade do CEU Cidade Ademar, porque dentro das propostas do PLOA foi a mais votada, inclusive esse recurso já foi retirado, pois estava previsto no orçamento do ano passado; e agora saiu que está inviável. Mas eu queria saber por qual motivo, se é por falta de recurso, porque o Prefeito Bruno Covas direcionou 9 milhões para a Subprefeitura de Cidade Ademar, para o Vereador Milton Leite fazer viela, sendo que cada Vereador tem direito a 4 milhões para emenda, anualmente. Então, só na Cidade Ademar, o Vereador Milton Leite teve 9 milhões.

- Falha na conexão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Houve um problema na conexão do Sr. Clóvis. Assim que ele retomar, passamos a palavra a ele.

Tem a palavra o Sr. Osvaldir de Freitas. (Pausa) Tem a palavra o Sr. Paulo Crispim. (Pausa) Tem a palavra o Sr. José Antônio Zagato. (Pausa) Tem a palavra a Sra. Patrícia Limeira. (Pausa) Tem a palavra o Sr. Thiago Praxedes. (Pausa) Tem a palavra o Sr. Paulo Roberto Silva Santos.

O SR. PAULO ROBERTO SILVA SANTOS – Presidente, para ser bem objetivo, corroborando com a fala da Sra. Lilian Santiago e com o começo da fala do Sr. Clóvis, nós da Cidade Ademar estamos buscando, com muita ênfase, a construção do CEU Cidade Ademar, que é de consenso de toda a nossa comunidade. Então, no último orçamento, que já se discutia a construção do CEU Cidade Ademar, desde a construção do CEU Pedreira; e naquela época a construção do CEU Cidade Ademar foi o mais votado.

E agora, simplesmente, um técnico colocou como “inviável” a construção do CEU. Não dá para entender que toda a comunidade, todos os coletivos querem a construção do CEU Cidade Ademar, e isso não está acontecendo.

Por último, eu gostaria só de enfatizar que, quando nós buscamos as construções dos piscinões da região da Cidade Ademar e o Residencial Espanha, nesses dois itens os

técnicos também falaram que era inviável. Mas nós conseguimos reverter esse carimbo que os técnicos colocaram, graças ao auxílio dos Vereadores e da Prefeitura.

Então eu questiono esses técnicos a virem a público e mostrar para nós por que é inviável. Assim como nós discutimos a construção dos piscinões e assim como nós discutimos a construção do Residencial Espanha e conseguimos a construção desses dois itens, eu peço encarecidamente aos Vereadores que revertam esse carimbo que foi colocado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o nobre Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia a todos.

Cumprimentando todos os presentes, na pessoa do Secretário Philippe Duchateau, também todos os Vereadores e Vereadoras, em nome da Vereadora Soninha Francine, uma grande Vereadora. E sempre eu costumo dizer aqui: se não a mais preparada, umas das Vereadoras mais preparadas aqui da Casa. Cumprimentar também o nosso decano, o Vereador Eduardo Suplicy. E a todos, reeleitos ou não, mas que participaram dessa eleição, com resultados muito surpreendentes em diversos casos, mas com certeza todos foram grandes guerreiros.

Mas, para falar sobre orçamento, Presidente, eu tenho tido uma experiência muito gratificante durante todo o meu mandato. Eu sou integrante da Comissão de Finanças desde o primeiro ano, desde o primeiro dia do meu mandato. E, com certeza, a cada ano, a gente vem aprendendo cada vez mais. Eu acho que até com grandes êxitos nas indicações que eu tenho feito para o orçamento, em diversas questões ligadas à nossa comissão.

Eu vi aqui que houve um grande destaque nas discussões – na região de Cidade Ademar, com a questão da casa de cultura; com a questão do CEU da Cidade Ademar. E são dois grandes eixos do meu trabalho, dois grandes equipamentos públicos nos quais eu tenho trabalhado bastante. Inclusive, repetidas vezes, eu tenho conseguido a inclusão deles na peça orçamentária.

Quanto à casa de cultura, nós temos um compromisso no início já da próxima gestão: a gente conseguir fazer uso desse valor, dessa reserva que já estava nesse último orçamento. Infelizmente, não houve possibilidade durante esse ano. E, sobre o CEU Cidade Ademar, já há um processo em fase muito avançada, com pedido, inclusive, de desapropriação de uma área na nossa região para a implantação do CEU. Então, com certeza, devido até ao período eleitoral, não há possibilidade de se fazer qualquer tipo de anúncio, mas que toda a população da região sabe e tem lutado aí junto comigo, com os outros Vereadores também da região, não importa o partido, mas que têm lutado. Mas eu tenho acompanhado de perto; inclusive, em tratativas junto ao Secretaria de Educação do Município, junto com o Secretário de Governo, o Secretário da Fazenda Philippe Duchateau, que acredito que tenha também conhecimento desse processo. Então eu tenho certeza de que está bem avançado, e que, em breve, além do início das obras da casa de cultura de Cidade Ademar, também a evolução desse processo, o pedido de desapropriação já e a previsão da construção do CEU em Cidade Ademar. Como há compromisso também de um dos candidatos, o atual prefeito, de construir mais CEUs pela cidade, dentre eles, o CEU Cidade Ademar, que está com esse processo bem avançado.

E das demais colocações da audiência, me chamou bastante a atenção, mais uma vez, a questão da cultura. Então que a gente tenha, mais uma vez, nessa discussão... que a gente se debruce bastante na questão da cultura, mas que a luta de sempre, né, Presidente, a execução do orçamento que a gente prevê aqui no que a gente aprova na Câmara. Com certeza, é fundamental que além desse trabalho brilhante que a Comissão faz na formação dessa peça orçamentária, mas que a gente tem que lutar bastante por sua execução.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Cumprimento todos. E me coloco sempre à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado.

O Clóvis voltou. Se quiser complementar, tem mais dois minutos, Clóvis.

O SR. CLÓVIS RODRIGUES FERREIRA – Obrigado.

Então, referente ao CEU Cidade Ademar, eu acho que o Vereador Rodrigo Goulart precisa dar uma olhada aí, porque já chegou a resposta de que o CEU é inviável. E eles colocaram a casa de cultura e o equipamento de saúde no Condomínio Espanha. O CEU Cidade Ademar está totalmente fora. Agora eu pergunto: como é que dão mais de 40 milhões de emenda para um vereador, e não garante um dinheiro que já está previsto no orçamento para a compra do terreno do CEU Cidade Ademar?

A SRA. SONINHA FRANCINE – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CLÓVIS RODRIGUES FERREIRA – A casa de cultura já foi dado... fizeram reunião lá e falaram que tinha até recurso já que já poderia ser usado, e está lá. Está servindo para quê? Para guardar carro alegórico de escola de samba. É a única cultura que está tendo lá. Então era isso que eu queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado.

Vereadora Soninha Francine com a palavra.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Não, é só uma pergunta, porque vários inscritos falaram sobre uma classificação de inviável relacionada ao CEU Cidade Ademar. E eu queria saber onde foi feita essa manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Alguém pode esclarecer qual documento que classifica como inviável?

O SR. CLÓVIS RODRIGUES FERREIRA – Saiu no *síte* da prefeitura.

O SR. OSVALDIR DE FREITAS – Vereador Donato, é o Osvaldir.

Foi feita uma consulta sobre a participação da sociedade na elaboração das prioridades do orçamento, e isso foi no começo da pandemia. E cada região, cada subprefeitura, votava uma proposta. Primeiro, os conselheiros participativos elegeram algumas propostas – se não me engano, 15 –, e a população podia votar pela rede. E na nossa região foi o CEU, moradia, casa de cultura e saúde. E ficava sujeito a uma avaliação do governo, que foi isso que foi feito, Vereadora Soninha. A avaliação veio inviável. Era muito subjetivo esse critério, então o governo podia determinar que era inviável qualquer coisa que fosse escolhida

como prioridade.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Mas foi indicado como inviável sem se (ininteligível) ou inviável durante a quarentena, inviável para esse ano?

O SR. OSVALDIR DE FREITAS – Não, só colocou inviável por falta de orçamento. Então eu não sei da onde que estão falando que está fazendo tratativa de CEU, que não tem nem orçamento. E o Prefeito, no dia 24 de janeiro, editou um decreto que retirou 30 milhões do CEU Ademar, que foi aprovado para o orçamento de 2020. Infelizmente, até hoje, não deu retorno, nem resposta e nem participou da reunião do conselho participativo para o qual convidado para mandar algum representante. Então esse inviável foi só um critério que não foi nem avaliado, não teve nenhuma definição de critério. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Bom, vamos seguir as inscrições aqui.

Registro da presença do Vereador Ricardo Nunes.

Agora é a Sra. Wellyene Gomes Bravo.

A SRA. WELLYENE GOMES BRAVO – Boa tarde a todos e a todas.

Meu nome é Wellyene, sou munícipe, cidadã e também conselheira do CPM Campo Limpo.

Eu estou participando dessa reunião especificamente para falar sobre o orçamento participativo, que foi a discussão que acabou... e tentar fazer um esclarecimento para a Vereadora Soninha.

Tem o Decreto 59.574, de 2020, que o Poder Executivo estabeleceu os regramentos de como iria ocorrer essa participação da sociedade para a elaboração desse orçamento participativo.

No caso do Campo Limpo, os munícipes incluíram 620 propostas, das quais o conselho participativo elegeu 15, e esses 15 foram para eleição dos munícipes e 5 foram consideradas as mais importantes pelos munícipes.

A outra fase do processo estabeleceu que iria ter um parecer de viabilidade.

O problema é que, das 42 prefeituras, menos de 50% foram consideradas viáveis.

O ato administrativo que considerou a inviabilidade não está devidamente justificado, ou seja, foi genérica. E viabilidade técnica, jurídica ou orçamentária não é uma forma de validar a participação popular. Então eu gostaria que vocês vissem, que o Tribunal de Contas, o auditor Túlio, verificassem isso também nesse processo da elaboração do LOA.

Um outro ponto que eu queria colocar é que uma das propostas do CPM do Campo Limpo foi exatamente a construção de um hospital dentro de um dos bens que foi aprovado na Câmara Municipal, para venda, que é um terreno de 52 mil metros quadrados na região do Campo Limpo, onde os índices de leitos por habitante é um dos menores dos territórios.

Outro ponto também que foi considerado inviável foi uma UBS aqui na Vila Andrade, onde o tempo de espera é de 75 dias, sendo que a média do município é muito, muito inferior – a média do município chega a 19 dias, e, a da Vila Andrade, 75 dias.

É muita coisa para falar em pouco tempo.

Vou falar agora também como conselheira gestora do Parque Chácara do Jóquei, um patrimônio cultural abandonado, que é o polo cultural.

Eu olhei as ações do orçamento de 2021, e não há nenhuma previsão de verba para reestruturação ou manutenção daquele equipamento. Isso é um absurdo. Então eu gostaria que vocês olhassem nesse sentido também, na revisão desse orçamento para o próximo ano.

A iluminação do campo de futebol é necessária, está prevista desde a época do PAC, e também não está prevista no orçamento do ano que vem.

Então o direcionamento de recursos para a área do meio ambiente, de 1%, é fundamental para a saúde e lazer da população do território.

E, não posso deixar de dizer, também verbas para a Secretaria de Assistência Social, onde temos quase 26 mil habitantes em situação de rua somente no Município de São Paulo.

Eu vou parar de falar porque o meu tempo esgotou.

Muito obrigada a todos por terem ouvido.

E vou mandar umas coisas por escrito também. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Eu vou concluir – faltam três inscritos – e daí eu chamo todos aqueles que foram chamados, e não puderam fazer o uso da palavra – eles vão poder fazer. Mas deixa eu concluir aqui, tá bom?

O próximo é o Sr. William Raphael.

O SR. WILLIAM RAPHAEL – Boa tarde.

Eu sou o William Raphael, eu trabalho com música eletrônica, atuo também em rádio independente.

Queria aqui endossar a fala do pessoal da cultura. Embora tenham sido muitas falas, eu acho que faz sentido lembrar o quanto cultura é salutar para a cidade como um todo, não é? Inclusive, para a produção de riqueza, redução de taxas de violência, promoção da saúde. Permite também espaços de diálogo com outras áreas, como inserção de conscientização para a população LGBTQIA+, inclusão dessas pessoas, mensagens de conscientização ambiental, embora cada demanda também precise do seu orçamento próprio. Mas, diante dessa vocação que a cidade tem, penso que faz sentido o orçamento trazido antes, de cinco milhões para a cultura, que é algo que eu também defendo.

Eu faço parte do Movimento SP Cidade da Música. E essa questão já vem sendo discutida há muito tempo e não pode passar de gestão para gestão. É necessário que essa demanda seja tratada com sabedoria. É preciso abrir essa questão da cultura e do orçamento específico da cultura numa reunião específica. Inclusive, há diversos questionamentos do pessoal da música... sendo corajoso, aqui, alguns questionamentos sobre patrocínio de *live* gospel, de coisas que poderiam ser questionadas quanto à laicidade do que está sendo patrocinado. Então é algo que demanda uma discussão muito específica sobre o valor da cultura dentro da economia geral da cidade e a interligação com diversos fatores.

É a minha primeira vez participando de uma audiência e eu gostaria de poder colaborar mais. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – O próximo inscrito é a Roseli Augusta.

(Pausa) O próximo inscrito é o Sr. Nelson Caldini. (Pausa) O próximo inscrito é o Sr. José Tadeu Pedrosa.

O SR. JOSÉ TADEU PEDROSA – Eu sou mais conhecido como (ininteligível), sou da região do Aricanduva, Vila Formosa e Carrão. Sou do bairro do Jardim Santo Eduardo; sou do conselho participativo de Aricanduva; sou do movimento Meu bairro é minha casa.

Cumprimento todos desta audiência pública, os nobres Vereadores.

Bom, tenho algumas questões, inclusive, sobre a reforma do CDC Estrela do Jardim Vila Formosa, sobre a qual a Eliene falou do Orçamento Cidadão, do conselho participativo.

A nossa subprefeitura foi a segunda em maior número de votos. Só para a reforma do CDC foram 1082 votos. Ela foi considerada inviável, mas ela está no PL 252, ela foi incluída no texto. Eu não sei se foi retirada, não posso dizer, mas nós temos uma luta de mais de cinco anos para a reforma desse CDC. A gente tenta com as nossas próprias forças. Quando estava conseguindo já colocar ele de pé, teve um “desbarrancamento”, e aí ficou inviável mesmo, porque precisava de uma obra de grande porte. E é um importante polo, já que não temos, próximo, aqui na região, opções de lazer. Que fique registrada a luta do Cezinha, do Boró, do André, do Fabinho, do Leco (ininteligível) liderança. Se vocês quiserem entrar na página da Câmara no Facebook, vocês vão ver o tanto de pessoas que estão ao vivo e comentando sobre a reforma do CDC Estrela da Vila Formosa, que vai ser um importante polo para a região. Tem outras demandas também. Seria bom nós nos atentarmos para as propostas eleitas para o Orçamento cidadão, no Participe Mais, na nossa região aqui de Santo Eduardo, Aricanduva, Jardim Vila Formosa.

É isso aí que eu peço a vocês: atenção. Vereador Donato, se você puder dar uma atenção, depois, de alguém poder dar um parecer para a gente (Falha na transmissão) Você vê que muitos Vereadores nunca olharam para a nossa região, aqui, do Santo Eduardo. Graças a Deus, por esse movimento que nós fizemos esse ano, (ininteligível) do Participe Mais, muitos estão olhando. Quem sabe, para o ano que vem, tem aí um (ininteligível) parlamentar. A

subprefeitura, que através da Subprefeitura Fernanda, já começou uma revitalização meio (ininteligível), mas a gente precisa de mais.

Então que fique registrado aí. Uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado. (Pausa) Se puder desligar o microfone, acho que é um ruído.

Quem eu chamei e não pôde falar na hora, por favor? E na sala que não pôde falar na hora que eu chamei?

O SR. MÁRIO SÉRGIO HORTA – Donato.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Fala, Mário.

O SR. MÁRIO SÉRGIO HORTA – O Alessandro Azevedo foi um dos inscritos na audiência hoje e não foi chamado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Está bom. Então, Alessandro Azevedo com a palavra por três minutos.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO – Boa tarde a todas e a todos. Quero parabenizar a reeleição e a eleição dos eleitos para essa nova gestão a todos aqueles que têm compromisso com o povo e reiterar aquilo que já foi pedido aqui e apontado como uma prioridade para essa gestão na área da cultura.

Nós, há algum tempo, quer dizer, a Secretaria assumiu o compromisso de este ano ainda aprovar o Conselho Municipal de Cultura. Claro que estávamos em período eleitoral e, durante esse período, nada foi falado sobre o andamento disso. Temos a subcomissão de cultura que também está pressionando para que isso seja encaminhado. Mas, até o momento, a gente não tem nenhum indicativo de que a Secretaria tenha dado alguma devolutiva da nossa demanda.

Então, só registrar a importância de a gente, nesta gestão ainda, aprovar o Conselho Municipal de Cultura.

Outro ponto é que a gente tem observado que, desde o início desta gestão, o orçamento da Cultura tem permanecido, quer dizer, a Casa, o Legislativo, aprova um aumento

orçamentário, mas o Executivo não executa.

Então, existe uma... vou até chamar de tristeza dos movimentos culturais, da luta que fazem dentro da Câmara Municipal e que os Parlamentares sensíveis à demanda cultural aprovam aumento no orçamento, mas o Executivo não executa. E a gente permanece sempre aquém do que gostaria de ter um orçamento ideal para a cultura. Nem um indicativo de que progressivamente esse orçamento da cultura chegue no que a gente tem como bandeira que são os 3%.

Diante disso, acredito que nós, movimentos culturais da cidade de São Paulo, temos um compromisso nessas eleições ainda no dia 29 de mudar essa situação, porque o plano de governo do atual governo sequer aponta um aumento progressivo na área da cultura para chegarmos aos 3%.

Então, acredito que o candidato 50 tem mais condições de chegar no que a cultura tem como ideal. No dia 29 é 50 na cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Sr. Humberto Meratti. Está presente? Está no *chat*, dizendo que gostaria de falar. (Pausa) Mais alguém que está na sala e deixou de falar? O Secretário Hugo Possolo está presente?

A SRA. SONINHA FRANCINE – Parece-me que o Secretário, não, Sr. Presidente. Só representantes da Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Então, quero saber se algum Vereador ou Vereadora quer fazer uso da palavra para alguma consideração antes de passarmos para colocações finais.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – O Secretário Philippe Duchateau vai responder as perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Sim.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Mas o Sr. Humberto Meratti que estava inscrito não está conseguindo...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – É.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – É que eu estou no aguardo de ouvi-lo, então, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Bom, se não existe mais ninguém a fazer questões. Eu queria que respondesse diretamente para nós. Nós faremos uma audiência pública específica da cultura. A ideia da relatoria específica da cultura também nós vamos encaminhar. Audiências temáticas também - não sei se exclusivas ou não, mas que inclua a Secretaria do Verde que foi solicitada aqui.

Nós vamos organizar isso. Ainda estamos num momento atípico. Como o processo eleitoral se estendeu, atrapalhou o processo do debate do orçamento, mas vamos, de alguma maneira, planejar isso para que todas essas audiências possam acontecer e não prejudicar o debate com a sociedade.

Então, se não houver mais ninguém que queira fazer uso da palavra, eu passo a palavra ao Secretário Philippe Duchateau.

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Obrigado, Presidente, Vereadores, a todos cidadãos e cidadãs que fizeram a contribuição para o debate nesta audiência pública.

Evidentemente, muitos temas específicos, predominantemente, hoje nesta audiência, temas da cultura e do meio ambiente e de outras Secretarias. Eu queria dizer que nós, a Secretaria da Fazenda, com representantes de outras Secretarias estaremos presentes nas audiências temáticas que forem convocadas para ajudar nos esclarecimentos específicos sobre determinadas rubricas e detalhes da peça orçamentaria de cada Pasta, quando poderemos aprofundar o debate, mas quero fazer algumas considerações.

Eu anotei algumas falas no sentido de que cada ano o orçamento da cultura está cada vez menor. Isso eu queria rechaçar, ou seja, mesmo num contexto de crise, mesmo num contexto de dificuldade orçamentária em função da queda da arrecadação e do aumento de despesas necessárias em áreas como assistência, saúde e transportes, o orçamento da cultura não foi comprometido. No ano que vem, de novo, é um ano em que o orçamento da cultura vai ser maior do que a peça orçamentária, que por sua vez, já foi maior do que a execução

registrada no ano anterior.

É muito importante avaliar que os recursos para a cultura se subdividem no orçamento da Secretaria, da Fundação Teatro Municipal, em alguns Fundos específicos, no ano que vem, a SPCine está integrada ao orçamento porque se mostrou uma empresa dependente de recursos do Tesouro; infelizmente, não conseguiu cumprir a sua missão quando foi criada de se sustentar com receitas próprias, portanto, integra o orçamento fiscal o orçamento da SPCine. E é importante dizer que também há recursos para investimentos em equipamentos por meio do Fundurb, outro órgão que dispense recursos voltados à área.

Feitas essas considerações, volto a dizer, numa audiência específica sobre o orçamento da cultura, a gente pode detalhar, mas tem uma outra que eu vi: “não tem rubrica ainda do Fundo Municipal da Cultura, uma lei aprovada, mas que ainda não foi regulamentada”, ou seja, de fato, a regulamentação é uma questão que dá mais tranquilidade para montar o orçamento com o Fundo tal qual como previsto na lei, mas quero dizer que isso é sem prejuízo da montagem do orçamento e da identificação dos programas e ações do orçamento voltadas às políticas hoje existentes, sejam elas implementadas por lei ou por outras normas infra legais como Decretos do Prefeito.

Vou repassar para as dúvidas pontuais que surgiram durante a audiência.

Primeiro a colocação do Vereador Eduardo Suplicy: foi aproveitado, pelo que eu entendi, durante a tramitação do Auxílio Emergencial, o PL 620 do, então, Prefeito à época Fernando Haddad, por conta até da segurança da aprovação, de ser um Projeto de Lei de iniciativa do Executivo, daí a maior segurança para a aprovação do Auxílio Emergencial do que aproveitar um PL de iniciativa de Vereador. Então, foi essa a razão de ter sido colocado lá.

O que eu queria dizer é que a escolha por fazer o Auxílio Emergencial, neste momento, partiu da percepção da importância que Auxílio Emergencial Federal de 600 reais teve para atender aqueles trabalhadores que tiveram suas atividades prejudicadas por conta das restrições econômicas, e a sensibilidade e a compreensão de que 600 para 300 reais poderiam fazer uma diferença muito significativa, especialmente, para as famílias mais

vulneráveis.

Por que não foi feito antes ou por que foi feito naquele momento? Porque só então com a decisão do Governo Federal de mandar a Medida Provisória de 300 reais e só, também, depois que se percebeu que o Congresso Nacional não alteraria, diferente do que fez na outra oportunidade, na apresentação da primeira proposta, é que a gente percebeu que os 300 reais vieram para ficar até o final do período da calamidade. Então, só nesse momento a gente teve a compreensão de que, no âmbito federal, o Auxílio ia ficar do tamanho dos 300 reais, e, portanto, as possibilidades orçamentárias para mitigar essa redução que foi tão importante aqui na Cidade.

E, evidentemente, a gente não deixa de levar em consideração que os programas de transferência de renda são programas federais que podem ser complementados no âmbito estadual e que, também, podem ser complementados no âmbito municipal. Mas um programa de transferência de renda local - muito diferente de programas de transferência ou da rede de assistência das outras cidades ou dos outros Estados - pode produzir efeitos indesejáveis como migração de pessoas e tudo o mais.

Então, a gente entende que a política municipal deve complementar as políticas de transferência de renda em âmbito nacional e local, ainda mais na cidade de São Paulo que é extremamente conturbada com todos os Municípios da Região Metropolitana.

Nesse sentido, sim. Acho que é uma discussão permanente avaliar a necessidade de complementação de renda, ainda mais no ano que vem, que se mostra um ano de recuperação, mas com o desemprego ainda alto, mas é muito importante, do ponto de vista do desenho da política pública, que essa decisão seja tomada à luz do que for definido em âmbito nacional e definido e, eventualmente complementado, em âmbito estadual. Essa não é uma discussão que a Prefeitura pode impulsionar sozinha, seja por conta dos impactos no orçamento, seja por conta dos efeitos indesejáveis que é uma política de transferência de renda local numa cidade tão conturbada como o é a cidade de São Paulo.

Então, Vereador Suplicy, de fato, no orçamento do ano que vem, nós não temos,

ainda, nenhuma previsão de continuidade do Auxílio Emergencial, mas eu quero dizer que essa é uma discussão permanente que está sempre em pauta, ainda mais neste momento de crise.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – O senhor me permite um breve aparte?

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Pois não.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY– Agradeço a sua atenção e a sua cuidadosa resposta. Eu acho que, certamente, sim, precisamos sempre estar observando as medidas a nível nacional e estadual, mas é possível ao Município caminhar e até dar exemplos. Eu tenho conhecimento, por exemplo, que o Município de Maricá está realizando um programa de renda básica, e já um quarto da população está beneficiada, em dezembro, metade da população, e, até 2024, todos 162 mil habitantes serão beneficiados.

Obviamente, se o Governo Federal instituir a renda básica universal, daí, já é outra coisa, mas eu compreendo perfeitamente que nós precisamos estar entrosados com aquilo que o Governo Estadual e o Federal, principalmente, realizam.

Mas eu muito agradeço se pudermos, então, dialogar um pouco mais aprofundadamente. Eu agradeço se puder ser recebido no seu gabinete para dialogarmos, tendo em conta o Projeto de Lei 620 e a transição possível que poderá, eventualmente, ocorrer da combinação dos esforços federais, estaduais e municipais, e para que não se perca todo o esforço realizado até agora, porque há um parecer favorável ao Projeto de Lei 620, dado pelo Vereador Natalini. Eu posso lhe enviar esse parecer para seu exame.

Agradeço muito a sua atenção.

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Claro, por favor, é e será sempre uma honra atendê-lo e poder discutir esse assunto com o senhor. Certamente, dedico um tempo para a gente explorar essas possibilidades e essa discussão.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY– Obrigado.

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Bom, eu queria passar, depois do

Vereador Suplicy, algumas pessoas comentaram sobre a questão da crise e a questão da cultura. Eu acho que a gente pode, como eu disse anteriormente, detalhar melhor as questões numa audiência própria.

Eu passo aqui, então, às considerações do representante do Tribunal de Contas, Dr. Thulyo, sobre os apontamentos sobre o projeto de lei. O primeiro item que chamou a atenção foi um problema no demonstrativo da compatibilidade do orçamento proposto com as metas fiscais.

É verdade. Nós temos uma necessidade de atualizar esse demonstrativo, infelizmente foi enviada uma versão anterior ao (ininteligível) do orçamento. Nós já discutimos com a equipe técnica da comissão e o caminho acordado foi o de apresentar esse ajuste no quadro demonstrativo ao Relator do Orçamento. Se eventualmente tiver um caminho alternativo, nós estamos aqui à disposição, já temos tudo pronto para enviar aos senhores.

O segundo aspecto levantado foi sobre as renúncias de receita, de que não há medidas de compensação. Antes de falar desse e dos demais, pudemos entender que o trabalho de conclusão do relatório de auditoria do Projeto de Lei Orçamentária está em curso ainda.

Então, eu queria aqui já colocar a Secretaria da Fazenda à disposição do Tribunal de Contas. Assim que concluir o Relatório que nos envie para que a gente possa fazer os contrapontos ou eventualmente os esclarecimentos necessários.

Também, Vereador Donato, Presidente da Comissão de Finanças, faço aqui o apelo para que a discussão sobre o Orçamento, à luz dos apontamentos do Tribunal de Contas, seja feita também com as considerações da Secretaria da Fazenda e eventualmente até de outras secretarias, se for o caso, para esclarecimentos.

Acho que vai ser mais produtivo, mais rico dessa forma e nos comprometemos a responder, no tempo mais breve possível, assim que o Relatório ficar concluído, para que não percamos tempo, nesse tempo tão curto que temos até o final do ano.

Bom, sobre as renúncias de receitas, não há medidas de compensação, acho que a

gente pode esclarecer melhor a partir do relatório de auditoria. Mas, evidentemente, o orçamento é uma peça equilibrada, o que a gente está demonstrando é que as renúncias de receita, explicitando o valor das renúncias de receita que estão lá colocadas.

Não há que se falar em compensação de um ano para o outro ao suprimir uma receita por meio de um benefício, sem a sua devida contraprestação ou compensação com cortes de despesas ou outras medidas de compensação. Então, é um quadro explicativo do valor das renúncias de receitas que compõem essa Peça Orçamentária. Mas, evidentemente a gente pode fazer os esclarecimentos disso a partir do relatório de auditoria.

Também foi citado que há ações orçamentárias que não foram possíveis de identificar a sua continuidade, se é uma ação orçamentária exclusiva de um ano ou se tem uma continuidade para os demais anos, nós estamos à total disposição a partir do relatório para prestar os devidos esclarecimentos e assim comprovar a compatibilidade do projeto de lei com o orçamento aprovado.

Há algumas variações importantes que o Tribunal não conseguiu entender o porquê. Vamos a elas: na receita patrimonial, uma queda de 50%. O que acontece no ano de 2020 x 2021? Acho que posso explicar por dois fatores mais relevantes. Evidentemente que tem outros, mas os dois mais relevantes são: primeiro, a folha de pagamentos, a exclusividade pela folha de pagamentos. Fizemos um contrato com o Banco do Brasil de 930 milhões de reais, pagos à vista em janeiro de 2020. Já estava previsto inclusive no orçamento essa receita. É uma receita não recorrente, no ano que vem ela não existe. Ela é um dos fatores que provoca esse ajuste.

Outro fator é que no Orçamento de 2020 nós previmos várias concessões, mas eu cito duas importantes, que é a concessão do serviço funerário e da Zona Azul. A de Zona Azul foi efetivada, os recursos estão ingressando e a do serviço funerário foi postergada para 2021. Então, há diferença de 600 milhões aproximadamente da Zona Azul, que está no orçamento desse ano e que não foi reproduzido no ano seguinte.

Então, na Peça Orçamentária de 2020, Zona Azul e serviço funerário estavam

contempladas. A Peça Orçamentária de 2021, apenas serviço funerário, porque não foi possível executar o serviço funerário em 2020. Entre outras diferenças, evidentemente, a gente pode esclarecer a partir dos questionamentos do relatório.

Alienação de bens. Há diferença entre os 592 que estão na Peça Orçamentária e os 254 que eu coloquei na apresentação. Na minha apresentação eu fiz um corte das receitas de desestatização. Nem toda alienação de bens é receita da desestatização, que tem uma aplicação direta, que é por meio do Fundo Municipal de Desestatização.

Qual é essa diferença? A diferença é a alienação do fluxo dos programas de parcelamento. Temos, por lei específica, autorizada aqui na Câmara Municipal, a criação de uma companhia voltada a fazer a securitização dos fluxos de receitas, dentre elas a do Programa de Parcelamento Incentivado.

Então, a cessão onerosa desse fluxo para a emissão das debêntures por meio dessa companhia é uma alienação de ativos. Como ela está prevista no orçamento, ela vem sendo repetidamente prevista no orçamento, por isso tem esse valor. Essa discrepância deve-se principalmente em função disso.

Por que não fizemos até agora? Tem uma lei, de autoria do Senador José Serra, que dá segurança jurídica para essas operações, a partir de questionamentos que vieram, principalmente do Tribunal de Contas da União, e, também, da segurança sobre a tributação relacionada a essa operação.

Essa lei é fundamental para que a gente possa usar esse instrumento de financiamento junto com as operações de crédito ou outras para o financiamento das políticas públicas, especialmente dos investimentos da cidade.

Operação de crédito. Por que reduziu aproximadamente dois bilhões em relação à LDO x Orçamento? A gente tem como tradição colocar no Orçamento Municipal as receitas de operações de créditos. Hoje as autorizações legislativas já tenham sido aprovadas pela Câmara Municipal, nós não colocamos nenhuma operação de crédito que não tenha uma lei aprovada pela Câmara Municipal, que a autorizou.

Na LDO, a gente já faz uma projeção para os próximos três anos. Então, a gente conjectura sim operações de créditos que não tiveram a sua aprovação. E qual é a grande diferença que estava prevista na LDO, mas não está prevista na Lei Orçamentária? É o financiamento para a rolagem dos precatórios. Nós temos um estoque muito alto e o prazo de 2024 para zerar esse estoque precisa ser alcançado por meio de instrumentos de financiamento adicionais. A gente tem demonstrado isso nos planos de quitação de precatórios, enviados todo ano ao Tribunal de Justiça.

Então, o que se previu na Lei de Diretrizes Orçamentárias e que não foi contemplado numa diferença de aproximadamente dois bilhões – acho que dois bilhões e meio, se não me engano – foi exatamente a primeira tranche de financiamentos para honrar a redução do estoque de precatórios.

Bom, despesas com investimentos. As diferenças da LDO e da LOA eu acho que se deve basicamente ao tempo de tramitação e à concretude, seja das receitas previstas, seja também das despesas previstas. De abril, março na verdade, que é quando a gente planeja a LDO, até agosto e setembro, que é quando planejamos a Lei Orçamentária, o projeto de lei LDO e projeto de lei orçamentária, houve uma mudança de cenário, principalmente na despesa, nesse caso, e aí as diferenças sobre investimentos apareceram. Mas, evidentemente podemos prestar os devidos esclarecimentos.

Também o detalhamento das fontes das receitas da SPTrans também estamos à disposição. O valor de 5,1 bilhões evidentemente é a receita tarifária, é a receita das tarifas de ônibus. A receita arrecadada, o comparamento das tarifas, que gira em torno de cinco bilhões, com uma despesa desse ano de oito. Portanto, a diferença dos três bilhões na compensação tarifária.

Bom, estou percorrendo aqui as considerações. Queria fazer e tecer considerações sobre a colocação do cidadão Fábio Elias, que aponta irregularidades na Prefeitura no uso de terceirizados para cumprir funções privativas de servidores públicos e cita, inclusive, um inquérito aberto. Quero dizer que respondi...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Desculpe-me, Presidente, não ouvi.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Desculpem-me. Estão me ouvindo melhor? Vou desligar o meu vídeo para ver se a conexão melhora. Estão me ouvindo bem?

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Eu estou ouvindo bem o Secretário, o Donato que não está sendo ouvido muito bem.

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Ok, então eu acho que posso continuar, então, porque todos me ouvem bem.

Eu estava me referindo às colocações do Fábio Elias, sobre as terceirizações e a possível utilização de terceirizados para cumprir funções privativas de servidores públicos.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Tem mais algum microfone aberto.

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Presidente Donato.

A SRA. SONINHA FRANCINE – A gente escuta bem o Secretário, mas não o Vereador Donato. O seu áudio está horrível.

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Secretário?

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Pois não, Vereador.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Talvez seja importante avisar no *chat* que o problema de conexão é com o Presidente.

Bom, o Presidente deve estar tentando reconectar.

A SRA. MÁRCIA HOSI – Sr. Secretário?

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Pois não.

A SRA. MÁRCIA HOSI – É a Márcia, da Secretaria da comissão. Vou aproveitar esse tempinho e pedir para o senhor a apresentação que o senhor fez no começo da audiência

pública.

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Ah, tá bom.

A SRA. MÁRCIA HOSI – Eu mandei um *e-mail* para a Claudia, mas parece que ela está de férias.

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Não foi ela que preparou, ela está de férias de fato. Tenho a apresentação comigo e vou pedir para encaminhar, pode deixar.

A SRA. MÁRCIA HOSI – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Estão me ouvindo bem agora?

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Agora sim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Secretário, tem um pedido aqui e quero fazer essa exceção, mas que a gente faça com bastante tranquilidade, ainda que não seja praxe, o movimento cultural pede para que o Rodrigo Andrade possa fazer uma breve fala, dialogando com o senhor. Sei que teremos uma audiência específica, mas para a gente concluir bem essa audiência, se o Rodrigo pudesse falar por dois minutos e aí a gente continua o diálogo aqui e o senhor conclui a sua intervenção.

O SR. RODRIGO ANDRADE – Obrigado, Vereador Donato.

Secretário, eu queria falar porque fica um pouco conflitante a sua fala com o que a gente ouve do próprio Prefeito em campanhas, em debate. Pelo Relatório da Consultoria Técnica de Economia e Orçamento da Cidade de São Paulo, ele fala que o aumento da arrecadação, apesar da pandemia, em 2020, teve um aumento de 7,4%.

Durante toda essa gestão, o orçamento da cultura ficou em 0,58% do Orçamento da Cidade. Quando a gente fala em 432 milhões para 475 milhões no Orçamento de 2020 para 2021, a gente não está falando em aumento se levarmos em consideração a inflação de 3,6%, que está aproximada disso esse ano, e o aumento da arrecadação de 7,4%. Não há um aumento real no orçamento da cultura.

E a gente fica triste porque quando é para ser feito o *marketing*, principalmente dos secretários e do Governo, do Executivo, eles colocam como o Secretário do Estado colocou,

quando apresentou o ProAc esse ano, que a cultura representa no país e no estado de São Paulo 2,5% do PIB, com um orçamento de 0,58%. É muito pequeno para a potência de produção.

Por isso, a gente queria convidá-lo a ir à assembleia da cultura e ver os questionamentos. Ver o quanto, por exemplo, a lei de fomento ao teatro potencializou o crescimento e hoje ela está enforcada, porque uma média de 80 grupos que se inscreviam nas primeiras edições, hoje na última edição tivemos mais de 160 inscrições; o quanto isso potencializou a produção teatral, sem falar nos outros fomentos; e o quanto a cultura pode contribuir sim para o que tanto esse Governo quer, a contribuição econômica, além de toda a contribuição social e identidade cultura do país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Rodrigo. Agora, o Secretário, para a conclusão.

O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Obrigado. Não, claro, eu vou pegar do Rodrigo e vou seguir depois com a sequência das considerações.

Rodrigo, 7,4% de crescimento de receita oxalá se estivéssemos nessa situação. Acho que os números que eu apresento aqui mostram que o Orçamento da Cidade, em relação ao orçamento que estava previsto, não vai ter as receitas que tinham no orçamento previsto.

Volto a dizer, 69 bilhões de reais era o orçamento previsto, vamos ficar aquém disso. Então, não há como sair do crescimento de 7,4%. Evidentemente, os números que estão aí, uma ou outra rubrica de receita pode subir, mas as outras caindo. Não tem como o orçamento global ter crescido 7,4%.

E volto a dizer, os diferentes órgãos que executaram programas culturais, como a Secretaria, a Fundação Teatro, Fundurb e fundos específicos, executaram 550 milhões de reais em 2019. Ao Orçamento previsto para 2020 desses vários órgãos - incluindo a SpCine - era de 656 milhões. Num contexto de crise, num contexto onde várias secretarias têm o seu valor reduzido, a Secretaria da Cultura está crescendo de 2019 para 2021. Aí nesses valores,

dizer que o Governo não privilegia as ações culturais neste momento de crise, é um, desculpe, eu me dou o direito a discordar. A discussão política, se precisa mais, se precisa menos, é muito importante as considerações da Vereadora Soninha, de onde vão sair os recursos para colocar 1%, 2% ou 3% do Orçamento na Cultura? Essa é uma discussão que é feita no âmbito da Câmara Municipal que, em última instância, dá a última palavra sobre a destinação dos recursos. Não é à toa que o Orçamento é um instrumento legal, ou seja, é uma lei municipal, não é um ato puro e simplesmente do Executivo. Mas eu quero rechaçar o argumento de que a Cultura não está sendo privilegiada na evolução desses dois últimos anos, nesses dois anos, de 2019 para cá, o Orçamento previsto para 2021 corrobora a importância que esta Administração tem para com a atividade, a sua importância como polo gerador de empregos, de renda e de desenvolvimento econômico, inclusive.

Seguindo nas considerações, eu estava mencionando sobre a terceirização, da possível irregularidade da substituição de funcionários terceirizados assumindo funções privativas de servidores públicos. É verdade, tem um inquérito aberto, estamos prestando todos os esclarecimentos. Até agora não há, não temos conhecimento de uma evidência sequer. São apenas denúncias, por enquanto, sem muito fundamento de terceirizados ocupando funções privativas de servidores. Eu acho que isso é vedado por lei, a gente não está, não trabalha com essa hipótese. O que nós trabalhamos, sim, é parcimônia na contratação de concursados, especialmente neste momento de crise, mas sempre dentro das prerrogativas que a lei autoriza.

Vereadora Soninha, as perguntas específicas: por que há o crescimento de encargos gerais do Município? Os encargos gerais concentram o Orçamento do pagamento do serviço da dívida, então são os juros e a amortização; precatórios; e a recomposição do fundo de reserva dos depósitos judiciais. Acho que de 2020 para 2021, o crescimento principal é no serviço da dívida e na recomposição do fundo de reserva dos depósitos judiciais. Vamos lembrar, essa é uma discussão muito importante, vale a pena lembrá-la por conta das alterações no Orçamento, que ocorreram no ano passado, que precisaram ser revertidas. O

Orçamento previa 760 milhões de recursos para a recomposição dos depósitos judiciais, ele foi, grosso modo, utilizado nas emendas ao Orçamento, aprovadas na Câmara Municipal, mesmo sob nossos alertas de que comprometeria a amortização de dívida, que é uma despesa incomprimível, bastante importante. Por isso, logo em janeiro, precisou ser recomposta a dotação dos depósitos judiciais. Digo mais, no final do ano percebemos que o valor que lá estava aprovado era insuficiente. Autorizamos, recentemente, um crédito suplementar de 190 milhões para ajustar esse valor. O ano que vem, se não me engano, o valor é por volta de 1,1 bilhão. Então, o crescimento, Vereadora Soninha, é puxado principalmente por conta disso, é o pagamento da dívida com a amortização de novas dívidas contraídas, e a recomposição dos depósitos judiciais. Mas, evidentemente, podemos dar todos os detalhes, com os valores e com a devida comparação.

A função da Assistência Social, além da Secretaria e do Fundo de Assistência Social, que outros órgãos executam? No Orçamento desse ano há o Fundo de Desenvolvimento Social e o Fundo Municipal do Idoso, mas esses dois estão com recursos congelados, recursos disponíveis e com empenho efetuados. Nós temos também o Fumcad, um fundo que executa ações e projetos na função Assistência Social; temos as ações de abastecimento e segurança alimentar da Secretaria de Subprefeituras e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho; e também os conselhos tutelares e os programas voltados à criança e ao adolescente iniciados pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania. No Orçamento 2020 essas são as pastas, são os órgãos que têm recursos na função Assistência Social.

Pergunta sobre a Amlurb: por que ela está na proposta orçamentária assim como outros órgãos com previsão de extinção ainda estão na proposta orçamentária? Aqueles órgãos em que a gente conseguiu extinção neste ano, ou a segurança de extinção este ano, eles não aparecem na proposta orçamentária de 2021, que é o caso da autarquia hospitalar municipal. Todo recurso da autarquia foi incorporado ao Fundo Municipal de Saúde. Mas alguns órgãos, o processo de encerramento vai ser um pouco mais demorado, que é o caso da

Amlurb, e não por causa dos contratos, vejam, os contratos podem ser simplesmente direcionados para uma nova agência, mas porque é devido à montagem da nova agência, para recepcionar as novas funções e poder fazer as transferências, inclusive de pessoas. Então, nessas em que há um tempo maior para ser efetivada a transferência, no Orçamento apareceu tanto o órgão existente, com os recursos na dotação até para executar o Orçamento nos primeiros meses do ano, mas também apareceu com dotações simbólicas a estrutura administrativa que vai recepcionar as funções desses órgãos que serão extintos. Então, assim que viabilizada a transição no Orçamento, ele é suprimido num órgão e complementado em outro para fazer jus ao ajuste. Então, é o caso da Amlurb e de outras entidades, de outros órgãos que serão absorvidos pela SP Regula ou outro tipo de fusão que, por enquanto, aparecem no Orçamento original, mas já prevendo dotações com valores simbólicos para recepcionar a migração, a fusão.

As perguntas sobre o Fundurb e o FMSAI, por que caiu de 2020 para 2021. Sobre o Fundurb, nós montamos um Orçamento da ordem de 700 milhões, se não me engano, que é o valor executado em 2019. Como eu mostrei na apresentação, a crise teve um impacto muito grande no mercado imobiliário, especialmente em meados do ano: março, abril, maio, junho, mas a partir do segundo semestre ele retomou. Essa retomada, *vis-à-vis* o impacto que teve, comprometeu as receitas previstas de 2020, e quando se elaborou o orçamento de 2021, conjecturamos um valor menor do que era esperado para 2020, na proposta original.

Então, sim, os efeitos do Fundurb e do FMSAI devem-se a uma perspectiva de receita menor. O FMSAI, no caso, é mais em razão da inadimplência nos pagamentos das contas de água especificamente que afetou a previsão. Por isso o valor da queda um pouco menor. A receita do Fundurb é mais sensível a esses movimentos mais abruptos do mercado imobiliário, mas posso dizer que a previsão de se utilizar os recursos do Fundurb para absorver os impactos da crise não será necessária neste ano. É provável que haja *superavit* no Fundo na virada de 2020 para 2021.

A prerrogativa da administração, quando montamos o orçamento, é montar um

orçamento equilibrado, receitas e despesas equilibradas. Mas ao longo de 2021, a utilização dos *superavit* pode gerar créditos adicionais ao orçamento que for aprovado, que foi montado à luz das previsões de receitas para o Fundo.

Quanto ao concurso específico dos geólogos, Vereadora, eu não conheço o caso concreto, precisaria olhá-lo especificamente, mas não tenho notícias de que haja concursos vencidos e de que não foram contemplados pela previsão. Posso estar errado, não sei, eu preciso estudar, preciso avaliar para a gente poder ter essas considerações junto evidentemente com a Secretaria de Gestão, que também faz esse acompanhamento e a análise dos concursos em curso.

Para encerrar, Presidente, eu quero comentar sobre o processo de audiências e a tal da viabilidade ou não, que foi muito comentada principalmente nas últimas intervenções dos cidadãos, do Sr. Clóvis Ferreira, do Sr. Paulo Roberto, entre outros. De fato, neste ano, estamos inaugurando uma nova sistemática de audiências públicas para que tenhamos um compromisso mais firme com as propostas encaminhadas pelos cidadãos durante o processo de audiência pública.

O decreto que regulamenta todo esse rito – vou pedir o número e já passo para vocês –, mas há uma norma específica regulamentando tudo isso. Foi explicado muito bem pelos cidadãos o processo de audiência. Dentre aquelas escolhidas pelos Conselhos Tutelares, foram eleitas as cinco mais representativas por meio de uma eleição realizada em plataforma virtual, inclusive, e essas cinco, as secretarias – e não foram apenas técnicos... Quero assegurar que todas as manifestações sobre a viabilidade ou não viabilidade foram chanceladas pelo gabinete do Secretário.

O decreto é o 59.574, que regulamenta o processo de audiências. O decreto estabelece que cada uma das propostas será analisada sobre sua viabilidade técnica, jurídica e orçamentária. O decreto prevê que ao final do processo a gente faça uma audiência pública fazendo a devolução de cada uma das intervenções que não foram consideradas viáveis. Não foi ainda publicado, não foi ainda dado conhecimento das razões da não viabilidade, que

podem ser técnicas, jurídicas ou orçamentárias. Mas cada uma delas, nós temos os processos tramitando, e é do nosso conhecimento o que cada uma das secretarias manifestou: ora o problema era técnico, dizendo que não havia demanda representativa, por exemplo, para instalação de um equipamento naquela região, haja vista outros equipamentos que lá existem; ora a questão era jurídica, em razão da impossibilidade da execução; e ora a questão era orçamentária, uma vez que os recursos são finitos e a proposta não seria plenamente atendida no orçamento de um ano.

Mas estamos aguardando o fim do prazo do período eleitoral para que possamos organizar as audiências públicas devolutivas do Orçamento Municipal. De acordo com o decreto, compete às áreas técnicas fazer esse retorno, esse *feedback* sobre a viabilidade da conclusão. Às vezes a proposta não é viável para ser concluída em 2021, mas ela pode ser iniciada por meio de projetos. Citou-se muito nesta audiência o caso do CEU da Cidade Ademar. Há um projeto prevendo a ocupação de um terreno, que precisa ser desapropriado primeiro, e a gente sabe que um CEU não é construído em um ano.

Todos esses esclarecimentos da viabilidade técnica ou o que é possível ser feito durante o exercício com os recursos e com os tempos razoáveis de andamento dos projetos serão feitos assim que terminar as restrições do período eleitoral para fazer essa devolutiva a cada região ou a cada área temática, é outra possibilidade. Estamos estudando a melhor forma de fazer. Durante esse processo, todos os esclarecimentos serão feitos.

A ideia é justamente essa: para aquilo que é viável, para aquilo que é possível ser realizado, que os cidadãos tenham uma segurança, um entendimento melhor do que será executado no ano seguinte, no ano do orçamento em discussão.

Presidente, peço desculpas se deixei algo de fora, procurei contemplar todos os apontamentos no tempo razoável para a audiência e me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Secretário. Considerando que teremos outras audiências, uma específica sobre a Cultura...

(NÃO IDENTIFICADO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Não dá mais para conceder aparte.

(NÃO IDENTIFICADO) - É só uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Qual pergunta?

(NÃO IDENTIFICADO) – Se o Secretário Philippe vai participar da audiência da Cultura, porque existe discordância entre os números que ele apresenta e os números que nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Ele fica convidado para a audiência da Cultura juntamente com o Secretário de Cultura. Seria importante que os dois secretários estivessem, dada a importância que essa audiência tem e a mobilização que existe em torno dela. Então fica o convite ao Secretário para participar também da audiência da Cultura.

Quero agradecer aos Secretários, aos Vereadores, às Vereadoras e especialmente a todos os cidadãos e as cidadãs que participaram desta audiência pública. Nós programaremos o calendário de todo o debate das audiências temáticas e da audiência final. Em breve, estaremos divulgando a todos e a todas e esperamos contar com a participação de todos vocês.

Muito obrigado a todos. Peço aos Srs. Vereadores e às Sras. Vereadoras que entrem no outro *link* para reabrirmos a reunião ordinária da Comissão de Finanças. Encerro a presente audiência.

Muito obrigado a todos. Bom dia, boa tarde.